

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

**PHELLYPE KÁSSIO BARBOSA DA SILVA**

**A REPRESENTATIVIDADE DO LICEU MARANHENSE NA IMPRENSA OFICIAL  
(1831 a 1886)**

**São Luís, MA**

**2019**

**PHELLYPE KÁSSIO BARBOSA DA SILVA**

**A REPRESENTATIVIDADE DO LICEU MARANHENSE NA IMPRENSA OFICIAL  
(1831 a 1886)**

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Cesar Augusto Castro

Coorientador: Samuel Luis Velázquez Castellanos

**São Luís, MA**

**2019**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

SILVA, PHELLYPE KÁSSIO BARBOSA DA.

A REPRESENTATIVIDADE DO LICEU MARANHENSE NA IMPRENSA  
OFICIAL 1831 a 1886 / PHELLYPE KÁSSIO BARBOSA DA SILVA. -  
2019.

64 p.

Coorientador(a): SAMUEL LUIS VELÁZQUEZ CASTELLANOS.

Orientador(a): CESAR AUGUSTO CASTRO.

Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia,  
Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 2019.

1. Fontes históricas. 2. Imprensa Oficial. 3. Liceu  
Maranhense. 4. Maranhão oitocentista. I. CASTELLANOS,  
SAMUEL LUIS VELÁZQUEZ. II. CASTRO, CESAR AUGUSTO. III.  
Título.

**PHELLYPE KÁSSIO BARBOSA DA SILVA**

**A REPRESENTATIVIDADE DO LICEU MARANHENSE NA IMPRENSA  
OFICIAL (1831 a 1886)**

Monografia apresentada ao curso de  
Biblioteconomia da Universidade  
Federal do Maranhão, para obtenção  
do grau de Bacharel em  
Biblioteconomia.

Aprovada em: / /

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Cesar Augusto Castro (Orientador)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Diana Rocha da Silva  
Doutora do Programa de Educação Escolar  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Dr. Leoneide Maria Brito Martins  
Doutora em Educação  
Universidade Federal do Maranhão

## AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente a Deus por ter me dado a oportunidade da vida e pela companhia por todos os dias desde então.

A minha família pelo incentivo, apoio e carinho incondicional, a minha mãe Gleidemar Barbosa da Silva por todas as orações direcionadas a mim, por todas as vezes que do portão aguardava eu pegar o ônibus logo cedo e por todas as vezes que me esperava no retorno já a noite para casa.

Ao meu pai José Marcone Varelo Silva pelas madrugadas acordado dirigindo o seu caminhão para garantir o sustento de todos dentro de casa e mesmo assim não passou um dia se quer sem se preocupar se já estava em casa com uma mensagem ou ligação.

Ao meu irmão que para mim sempre fui um espelho por ser mais velho, aumentando assim a minha responsabilidade de querer sempre ser o melhor no que fiz para demonstrar que ele também pode alcançar os seus sonhos.

Ao meu avô que sempre teve o sonho de formar um neto, já que não conseguiu essa façanha com nenhum dos 13 (treze) filhos, infelizmente não deu tempo de dá esse presente a ele, porém sei que onde ele estiver estará torcendo pela minha felicidade e sucesso.

Aos professores Dr Samuel Luis Velázquez Castellanos e Dr. Diana Rocha da Silva pelos ensinamentos, questionamentos, prazos e até pelas chamadas de atenção que possibilitaram o meu crescimento não só a nível pessoal mas também no nível profissional e principalmente intelectual.

Ao professor Dr. Cesar Augusto Castro por se dirigir a mim não só como um aluno ou pesquisador do seu grupo e sim como um filho, sou extremamente grato por todo o apoio desde o primeiro semestre até o último, me deu a oportunidade de desbravar o Brasil em algumas viagens para apresentação de trabalho e quando não pude acompanhá-lo ele fez questão de me representar e levar o nome dos seus pesquisadores para outros intelectuais da área.

Aos amigos que fizeram parte da minha rotina desde que ingressei no grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras (NEDHEL): Mayra Cristhine dos Santos Cabral, Andreia Monteiro Carvalho, Tátilla Oliveira Barroso, Rita de Cássia Furtado Pajaú, Joerberth Reis Machado e Josivan Costa Coelho. Muito obrigado pelos

ensinamentos, experiências e por todo companheirismo durante esses cinco anos.

Muito obrigado a todos, por tudo!

## RESUMO

Analisa a representatividade do Liceu Maranhense na imprensa oficial maranhense, publicada entre os anos de 1831 e 1886, privilegiando o uso dos jornais *O Publicador Oficial* e *Publicado Maranhense* como fontes históricas. Para tanto, descreve a natureza, função e finalidade das folhas periódicas que compuseram a imprensa oficial do Maranhão no período oitocentista, destacando as condições de sua produção e circulação; identifica e organiza os discursos referentes ao Liceu inscritos nos jornais *O Publicador Oficial* e *Publicador Maranhense* e verifica que o mesmo foi citado mais 400 vezes na imprensa oficial, sendo mais frequente a sua menção nas seções de: *Anúncios*, *Editais*, *Listas*, *Comunicados*, *Parte Oficial* e *Noticiário*; além disso, disserta sobre a representatividade do Liceu na imprensa oficial maranhense, visando os argumentos inscritos, os autores e editores dos discursos impressos, e o lugar que esses sujeitos e os próprios jornais ocuparam na sociedade. A abordagem teórica metodológica utilizada se baseou nos pressupostos da História Cultural, obedecendo às indicações metodológicas de uma análise feita a partir dos três elementos indissociáveis: 1. História dos objetos na sua materialidade, 2. História das práticas nas suas diferenças e 3. História dos dispositivos sociais, conceituais e psíquicos; com o auxílio da *Configuração Textual das Fontes Documentais* como técnica de análise de conteúdo. Conclui que a representatividade do Liceu Maranhense na imprensa oficial foi pautada a partir das noções de *promoção* dessa instituição enquanto reduto de intelectuais e que exercia grande *controle* sobre as atividades desenvolvidas por sua comunidade escolar, além de frequentemente *prestar contas* com a população maranhense sobre os investimentos públicos angariados pela escola e também divulgar as *ações na sociedade* realizadas pelo seu alunado e a importância dos liceístas, seja alunos ou professores, para a sociedade maranhense.

**Palavras-chave:** Imprensa Oficial. Liceu Maranhense. Maranhão oitocentista.  
Fontes históricas.

## ABSTRACT

It analyzes the representativeness of the Maranhense High School in the official press of Maranhão, published between the years 1831 and 1886, privileging the use of the Official Publishing and Maranhense newspapers as historical sources. To this end, it describes the nature, function and purpose of the periodicals that made up the official press of Maranhão in the nineteenth period, highlighting the conditions of its production and circulation; identifies and organizes the speeches referring to the High School registered in the newspapers The Official Publisher and Publisher Maranhense and notes that it has been cited more than 400 times in the official press, most often mentioned in the sections: Announcements, Announcements, Lists, Announcements, Part Official and News; It also discusses the representativeness of the Lyceum in the official press of Maranhão, focusing on the inscribed arguments, the authors and editors of the printed speeches, and the place that these subjects and the newspapers themselves occupied in society. The methodological theoretical approach used was based on the assumptions of Cultural History, following the methodological indications of an analysis made from the three inseparable elements: 1. History of objects in their materiality, 2. History of practices in their differences and 3. History of social, conceptual and psychic devices; with the help of the Textual Configuration of Documentary Sources as a technique of content analysis. It concludes that the representativeness of the Maranhense High School in the official press was based on the notions of promotion of this institution as a stronghold of intellectuals and that exercised great control over the activities carried out by its school community, besides frequently being accountable to the population of Maranhão on investments. publics raised by the school and also publicize the actions in society carried out by its students and the importance of lyceists, whether students or teachers, for Maranhão society.

**Keywords:** Official Press. Liceu Maranhense. Nineteenth Maranhão. Historical Sources.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – O Publicador Oficial .....	29
Figura 02 – O Publicador Oficial.....	32
Figura 03 – Publicador Maranhense.....	33
Figura 04 – Diagrama Da Representatividade Do Liceu .....	40
Figura 05 – Anúncio.....	41
Figura 06 – Anúncio.....	41
Figura 08 – Anúncio.....	42
Figura 09 – Anúncio.....	42
Figura 10 – Anúncio.....	43
Figura 11 – Anúncio.....	43
Figura 12 – Edital.....	44
Figura 13 – Comunicado.....	45
Figura 14 – Comunicado.....	45
Figura 15 – Comunicado.....	45
Figura 16 – Lista.....	46
Figura 17 – Parte Oficial.....	47
Figura 18 – Parte Oficial.....	47
Figura 19 – Parte Oficial.....	47
Figura 20 – Parte Oficial.....	48
Figura 21 – Parte Oficial.....	48
Figura 22 – Parte Oficial.....	48
Figura 23 – Parte Oficial.....	49
Figura 24 – Parte Oficial.....	49
Figura 25 – Parte Oficial.....	49
Figura 26 – Parte Oficial.....	50
Figura 27 – Noticiário.....	52
Figura 28 – Noticiário.....	53

Figura 29 – Noticiário.....	54
Figura 30 – Noticiário.....	54
Figura 31 – Noticiário.....	55
Figura 32 – Noticiário.....	55
Figura 33 – Noticiário.....	55
Figura 34 – Noticiário.....	55

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

QUADRO 01 - Seções e número de menções ao Liceu Maranhense.....	19
QUADRO 02 - Typographies, endereços e distribuição do Publicador Official	31
QUADRO 03 - Mudanças no Publicador Maranhense .....	35
QUADRO 04 - Professores e cadeiras ministradas no Liceu .....	38

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 A IMPRENSA OFICIAL MARANHENSE OITOCENTISTA .....</b>	<b>24</b>
2. 1 O Publicador Oficial .....	27
2.2 Publicador Maranhense: Jornal do commercio .....	32
<b>3 O LICEU MARANHENSE: a principal instituição de ensino secundário do Maranhão no oitocentos .....</b>	<b>36</b>
<b>4 A REPESENTATIVIDADE DO LICEU MARANHENSE NA IMPENSA OFICIAL .....</b>	<b>40</b>
4.1 Anúncios .....	41
4.2 Editais, Listas e Comunicados. ....	44
4.3 Parte Oficial.....	46
4.4 Noticiário .....	51
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Até a década de 1970 a historiografia brasileira ainda relutava-se em utilizar os jornais como fonte para a construção da História, poucos eram os trabalhos que se valiam desse tipo de documento em suas investigações históricas, isso porque eles eram considerados pouco confiáveis para a recuperação do passado, pois forneciam imagens parciais, distorcidas e até mesmo subjetivas de uma realidade vivida outrora. (LUCÁ, 2008).

Em consequência, por bastante tempo, tais impressos foram renegados ou receberam pouca atenção dos *Lugares de Memória*, tendo em vista o seu desprestígio enquanto fonte e, principalmente, a difícil recuperação e sistematização de informações acerca desse tipo de documento em Arquivos, Museus e Bibliotecas. Um fator que ajuda nessa constatação, elencado por Castro e Castellanos (2008), e que poucos são os pesquisadores que tem o privilégio de localizar e recuperar jornais e revistas de maneira completa para suas investigações, o que se torna um fator que dificulta e influencia diretamente nos resultados das pesquisas. Diante desse cenário,

[...] tornam-se relevantes os estudos em torno desse material, na mediada em que propõem a organização de repertórios e guias de referência, nos quais a sistematização das informações acerca das produções elaboradas – por e para professores, bibliotecários e historiadores – seja feita de modo a prestar-se a múltiplas utilizações em trabalhos de vários pesquisadores. (CASTRO, CASTELLANOS, 2008, p. 2).

A urgência na evidenciação desses impressos, como fontes históricas, emerge nas décadas finais do século XX, a partir da modificação na prática historiográfica proposta pela terceira geração da *Escola dos Annales*, na França. Essa geração dos *Annales* propôs um deslocamento no fazer histórico, o qual implicou no aparecimento de novos objetos, problemas e abordagens na disciplina, assim, com relação à concepção e trato das fontes, se antes os jornais estavam relegados ao limbo da hierarquia qualitativa de documentos para a construção da História, a partir da *História Nova* tais impressos foram reconhecidos em suas potencialidades de registros que permitem captar o passado, a partir de sua análise crítica enquanto materialidade cultural. (LUCÁ, 2008).

Dito isso, se ontem a omissão por parte das instituições sobre a salvaguarda dos jornais, bem como o desprezo por parte de profissionais

historiadores sobre esses registros do cotidiano eram práticas normalizadas, no hoje, com as mudanças ocorridas no fazer histórico e o reconhecimento identidade e memória como fator de bem estar social, se reconhece a importância desses impressos e se faz necessário que as unidades de informação, quando possuidoras desse tipo de acervo, possam proporcionar a visibilidade desses documentos e, quando não, trabalhem pela sua recuperação e/ou preservação para uma disponibilização e acesso com facilidade para a comunidade usuária, haja vista que esses documentos são dotados de valor histórico e cultural, além de auxiliarem na construção da memória seja de uma pessoa, grupo, sociedade ou nação.

No caso do Brasil, tais impressos são essenciais para a compreensão da formação de sua sociedade, uma vez que em suas páginas foram inscritas quase que diariamente, ao longo de mais de dois séculos, as ideias, disputas, anseios, costumes e peculiaridades de um povo. O próprio surgimento da imprensa no Brasil diz muito sobre isso, uma vez que, oficialmente, somente com a chegada da família real portuguesa, em 1808, ela fora concretizada, a partir da instalação da tipografia da *Impressão Régia*, no entanto, tudo que era publicado teria que passar por um tipo de censura prévia, exercida por dois grupos diferentes da sociedade: o *Ordinário e Desembargo do Paço* (Poder Civil) e o *Santo Ofício* (Poder Eclesial), onde parâmetros políticos, religiosos e morais eram usados para a interdição de obras e documentos, todavia, desde meados do século XVIII jornais escritos em português e/ou produzidos na Europa eram normalmente recebidos no Brasil, o que foi o caso do *Correio Brasiliense*, a primeira folha periódica lida regularmente em território brasileiro e impressa em Londres a partir de junho de 1808. Por outro lado e de caráter oficial, é somente a partir de setembro de 1808, com a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro* pela *Impressão Régia*, que o primeiro jornal produzido pela Coroa Portuguesa no Novo Mundo passa a circular livremente, enquanto jornal oficial, em “todo” território brasileiro. Assim, com um aparecimento de séculos de atraso, com relação à Europa, que aconteceu no século XV, e a outras partes da América, presentes mesmo que de forma escassa desde o século XVI, o surgimento da imprensa no Brasil é marcado pelo atraso, censura e oficialismo. (MOREL, 2015).

Tais características, de igual modo, são reproduzidas pelas então Províncias do Império, notadamente nos polos geopolíticos e comerciais. Nessa ocasião, o Maranhão se apresenta como um dos locais onde ocorreu um dos primeiros passos da imprensa periódica no Brasil, quando chegou a primeira tipografia de São Luís, encomendada de Lisboa e denominada de *Imprensa Nacional*, onde *O Conciliador do Maranhão* começou a ser impresso e circular na capital maranhense em novembro de 1821 no formato de papel almaço, o primeiro periódico maranhense tratava, de maneira geral, dos atos da administração pública, notícias resumidas e uma pequena seção de variedades. (MARTINS, 2010).

Desse modo, mesmo que tardiamente, São Luís foi a quarta cidade a receber a imprensa no Brasil e se destacou no cenário impressor brasileiro, no período imperial, por sua intensa e variada atividade tipográfica, onde os jornais foram utilizados fundamentalmente como veículo de profusão e consolidação de ideais políticos, culturais, sociais e intelectuais. Segundo Cabral (2019, p. 19):

Durante todo o século XIX os jornais desempenharam papel fundamental no desenvolvimento político, social, educacional e cultural do Maranhão, chegando a ser encarados como uma das instituições mais tradicionais e representativas da sociedade maranhense. A proliferação dos jornais, em seus mais diversos segmentos, a fecundação da atividade tipográfica e jornalística local, e o aparecimento de ilustres literatos, que se valiam desse veículo para a divulgação de seus escritos, era uma realidade no único espaço territorial cognominado de Atenas Brasileira durante o período oitocentista.

Nesse sentido, haja vista o reconhecimento dos jornais como fontes históricas e a centralidade ocupada por esses objetos culturais na sociedade maranhense, este trabalho monográfico se centra nos estudos que buscam a evidenciação desses documentos como fator contribuinte para construção da memória e identidade local, e que, em consequência, merece a devida atenção por parte dos Arquivos, Museus e Bibliotecas e de seus profissionais. Para tanto, tomamos como objeto de pesquisa uma das instituições mais importantes do Maranhão no período oitocentista: o Liceu Maranhense, o principal centro de formação do pensamento educacional do século XIX. Assim sendo, este trabalho propõe investigar ***A representatividade do Liceu Maranhense na imprensa oficial (1831 - 1886)***, com fins de compreender

como essa tradicional instituição escolar se figurou e foi projetada pela imprensa oficial da Província.

No Maranhão uma bibliografia significativa já se vale do uso dos jornais como fonte de investigação histórica em suas mais diversas temáticas, evidenciando, desse modo, as potencialidades de abordagens e tratos dos impressos publicados em solo maranhense ao longo de quase dois séculos de atividade impressora. De maneira mais específica, monografias publicadas no âmbito do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da mesma instituição, tem desvelado de maneira expressiva as ideias, materiais e pessoas que passaram pela história do Liceu Maranhense, entre os séculos XIX e XX, a partir das páginas de diferentes jornais locais.

Dentre os autores que se debruçaram sobre essa dessa temática: Souza (2018) ao analisar a cultura material escolar do Liceu Maranhense, por meio das notícias veiculadas nos jornais *O Publicador Oficial* e o *Publicado Maranhense* no período de 1835 a 1885 concluiu que a imprensa oficial do Maranhão, no período oitocentista, divulgou as materialidades que habitaram o seio dessa instituição escolar e constatou que tais objetos eram apresentados através de várias dimensões para o público leitor. Carvalho (2018), por sua vez, ao tomar como fonte de pesquisa o jornal *Pacotilha*, periódico de grande expressão no cenário jornalístico maranhense criado em 1880 pelo jornalista Victor Lobato, evidenciou os livros adotados pelo Liceu Maranhense no período da Primeira República. Os autores, ao trabalharem com os jornais como fontes históricas, verificaram que era importância de se fazer publicar, seja pela imprensa oficial ou pelos grandes diários, os materiais, livros e/ou ações em prol desses objetos pelo Liceu Maranhense e os sujeitos que compuseram a sua comunidade escolar, por motivos distintos, tanto no Período Imperial como na Primeira República.

Em busca de maiores informações sobre o funcionamento e organização da atividade impressora liceal, Furtado (2016) ao analisar os discursos da imprensa liceísta sobre o cotidiano escolar do ensino secundário entre os anos de 1907 e 1930, nesse percurso a autora evidenciou a existência de oito jornais escritos por estudantes do Liceu nas primeiras décadas do século XX, os quais

se configuraram como “[...] importante veículo de identidade e resistência, entre o ideal e o concreto vivenciado pelos estudantes dessa instituição na Primeira República.” (FURTADO, 2016, p. 7). Por outro lado, Cabral (2019) ao investigar a influência do Liceu Maranhense no movimento da imprensa estudantil liceísta da primeira década republicana (1889-1900), concluiu que os jornais publicados pelos estudantes do Liceu ocuparam papel de destaque na sociedade maranhense e no processo de revigoração da Atenas Brasileira no final do período oitocentista. De modo geral, as autoras ao constarem um tipo de imprensa estudantil nascida no interior do Liceu Maranhense em seus estudos, evidenciaram esses documentos, enquanto fontes e objetos de pesquisas, como fatores de construção da memória e identidade não só dessa instituição de ensino, mas de toda a sociedade maranhense.

Em vista do exposto, a problemática desse estudo consiste em verificar em que medida a imprensa local maranhense figurou e/ou projetou o Liceu Maranhense, enquanto instituição educacional mais importante da Província e centro convergente de intelectuais, durante o período de 1831 a 1886. Tendo em vista que esse tipo de publicação periódica, historicamente controlada e/ou influenciada pelo Estado, é um jornal cuja “[...] principal finalidade é informar todos os assuntos oficiais e tornar público todas as decisões tomadas, reuniões, editais, nomeações e todos os demais assuntos que possam interessar à população.” (eDOU, 2016, p.1), garantindo assim a veracidade, autenticidade e imparcialidade dos fatos publicados em suas páginas.

A partir dessa problemática de pesquisa, tecemos alguns questionamentos que nos orientam nesta investigação: Quais jornais compuseram a imprensa oficial maranhense entre os anos de 1831 a 1886? Quais foram os sujeitos e/ou instâncias governamentais foram envolvidas na sua produção? O Liceu Maranhense, enquanto única instituição de ensino secundário da Província apresentava-se com relevância dentre as páginas da imprensa oficial? Em que seções, dentro da lógica de um jornal impresso, o Liceu aparecia? Quais eram os assuntos recorrentes tratados pela imprensa oficial sobre o Liceu Maranhense?

Desse modo, analisar a representatividade do Liceu Maranhense nas páginas da Imprensa Oficial local é o objetivo geral desta pesquisa monográfica. Tais representações podem ser apreendidas a partir das

matérias, mensagens e notas divulgadas nos jornais sobre o Liceu Maranhense que, juntamente com a finalidade informacional da Imprensa Oficial e das seções esses enunciados são inscritos, nos ajudam a compreender as ações realizadas nessa instituição, o que os representantes de governo pensavam sobre ela, e qual mensagem o Estado gostaria de passar sobre esse estabelecimento de ensino.

Cabe destacar que o Liceu durante todo o século XIX e anos iniciais do século XX foi a principal instituição de formação da sociedade letrada maranhense que, mesmo sendo uma escola mantida pelos cofres públicos, atendeu primeiramente aos anseios e necessidades dos filhos abastados da elite comercial local que pretendiam adentrar as universidades europeias e às poucas faculdades existentes no Brasil. Em face disso, essa instituição adotou um currículo centralizado nas humanidades, destacando-se entre elas as cadeiras de Latim, Francês e Grego, as quais foram responsáveis por ordenar, classificar, excluir e, até mesmo, certificar os alunos que teriam o direito de sentar em seus bancos escolares. Diante desse cenário, sem qualquer compromisso com as necessidades locais do Maranhão Imperial, o Liceu Maranhense atuou como instituição escolar porta voz da ideologia dominante, notadamente das classes enriquecidas e elites intelectuais. (RIBEIRO, 2006).

Assim, a realização da investigação aqui posposta parte de duas instituições criadas, organizadas, mantidas e influenciadas pelas ações do governo da Província do Maranhão, que ao serem controladas, direta ou indiretamente, pelo Estado, tanto os jornais, utilizados como fonte, quanto o Liceu, enquanto objeto de pesquisa, aspiraram, a partir das representações inscritas nos discursos impressos, à universalidade, no entanto sabe-se que elas são sempre fruto do grupo ou sociedade que as forjaram. (CHARTIER, 1988).

Isso posto descrever a imprensa oficial maranhense, publicada entre os anos de 1831 a 1886, em sua natureza, função e finalidade é o nosso primeiro objetivo específico, isso porque compreender a forma como se organizaram os jornais oficiais da Província maranhense, nos auxilia no processo de entendimento dos discursos conferidos ao Liceu e, principalmente, as intencionalidades por detrás deles.

Sobre a imprensa oficial maranhense publicada no período oitocentista, Souza (2018) assinala que embora os jornais *O Publicador Oficial*, que circulou entre os anos de 1831 a 1841, e *Publicador Maranhense*, com vida ativa de 1842 até 1886, pertencessem à grande imprensa maranhense e apresentassem em suas páginas notícias diversificadas, os mesmos sempre divulgavam conteúdos mais ou menos ligados à administração provincial, e, portanto, assumiram o caráter de imprensa oficial em uma época onde se manter a periodicidade e vida de um jornal tanto no maranhão quanto no resto do país era extremamente difícil.

Diante desse cenário, identificar e organizar os discursos referentes ao Liceu Maranhense inscritos nos jornais *O Publicador Oficial* e *Publicador Maranhense*, é o nosso segundo objetivo específico. Para tanto, nos valemos ferramenta de recuperação automática encontrada no site da Hemeroteca Nacional, onde estão hospedados os jornais aqui trabalhados, para a recuperação de todos os enunciados que falavam sobre o Liceu. Assim, com a aplicação dos termos: Licêo, Lyceo, Liceu, Liceu e Lycêo, ou seja, as diversas variações de escritas do nome Liceu no período oitocentista conseguimos verificar que essa instituição foi regulamente encontrada nas páginas da imprensa oficial, sendo citada mais de 460 vezes nas mais diversas ocasiões.

Dentre as seções onde o Liceu Maranhense se figurou, a maior frequência de menções foi encontrada na parte destinada aos Anúncios, Editais, Listas, Comunicados, Parte Oficial e Noticiário (Quadro 01).

#### **QUADRO 01-Seções e número de menções ao Liceu Maranhense**

	<b>Seção</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Seções e número de menções mais frequentes ao Liceu Maranhense na Imprensa Oficial</b>	Anúncios	23 x
	Editais	18 x
	Listas	7 x
	Comunicados	27 x
	Parte Oficial	75 x
	Noticiário	24 x

Fonte: O Autor, 2019.

Assim, de posse dessas informações, dissertar sobre a representatividade do Liceu Maranhense na Imprensa Oficial, visando os argumentos inscritos, os autores e editores dos discursos impressos e o lugar que esses sujeitos e os próprios jornais ocuparam na sociedade maranhense oitocentista, é o nosso terceiro e último objetivo específico. Nessa ocasião, procuramos apreender não tão somente o que era dito sobre o Liceu, mas como esses escritos eram apresentados, e qual a sua finalidade dentro e fora dos limites físicos dessa instituição de ensino. Cabe destacar que a frequente apresentação de conteúdos em seções pré-estabelecidas “[...] denotam uma articulação específica dos “conteúdos” ao projeto gráfico/editorial” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 262) de um jornal, por isso a nossa análise se baseia, também, nas finalidades informacionais da seção de Anúncio, Edital, Lista, Comunicado, Parte Oficial e Noticiário presentes nos periódicos *O Publicador Oficial* e *Publicador Maranhense*.

A abordagem teórica metodológica utilizada se baseou nos pressupostos da História Cultural que tem por objetivo primário “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, 1988, p.16-17), a partir da compreensão de sua categoria central que é a de *Representação*, onde,

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2012, p. 39).

Em vista disso, neste trabalho, encaramos a imprensa periódica oficial como a materialidade cultural em que se inscrevem discursos- ou representações - sobre o Liceu, onde os mesmos, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão são sempre determinados por interesses dos grupos que os forjaram. Por isso, é necessário considerar também, que esses impressos são constituídos de discursos “não neutros” e tendem a impor uma autoridade ou visão de mundo, com fins de legitimação de seus interesses. (CHARTIER, 1988).

A escolha da História Cultural como abordagem teórica e metodológica se justifica uma vez que é a partir dela que há o alargamento do conceito de

fonte para a construção da história. Nesse cenário, os jornais foram evidenciados enquanto registros do passado, cabendo ao historiador, quando em contato com esse tipo de fonte “[...] desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos [...]” (LE GOFF, 1990, p. 549).

Os pressupostos metodológicos da História Cultural também pautaram a nossa investigação. Segundo Nunes e Carvalho (2008) uma análise feita sob os hedges da História Cultural é baseada em três elementos indissociáveis: a história dos objetos na sua materialidade; a história das práticas nas suas diferenças; e, por fim, a inserção da história dos objetos na sua materialidade e da história das práticas nas suas diferenças, em uma forma mais ampla de compreender as formações sociais, estruturas psíquicas, e as armaduras conceituais em suas variações históricas.

Com as indicações para um percurso metodológico, neste trabalho, realizamos primeiramente uma arqueologia da imprensa oficial maranhense oitocentista, procurando apanhar os jornais *O Publicador Oficial* e *Publicador Maranhense* em sua forma, frequência, dispositivo e estrutura. Em seguida, para o desvelamento das práticas nas suas diferenças, referentes a identificação dos sujeitos que participaram da construção de uma representatividade para o Liceu, bem como o uso que essas pessoas fizeram desses impressos, buscou evidenciar as intencionalidades por trás do estabelecimento dos discursos empregados. Por fim, a partir das indicações do terceiro elemento indissociável da História Cultural, procuramos compreender de maneira ampla os dispositivos sociais, conceituais e psíquicos que circundaram e influenciaram na representatividade do Liceu na imprensa oficial.

Por trabalharmos com discursos impressos, nos valem da *Configuração Textual das Fontes Documentais*, como técnica de análise, a qual busca compreender a singularidade de texto, a partir de indagações sobre as questões constitutivas da configuração de um suporte impresso e do conteúdo que ele veicula, são elas: temático-conteudísticas (o quê?), estruturais-formais (como?), projetadas por um determinado sujeito (quem?), ponto de vista e lugar social (de onde?), momento histórico (quando?), movido quais necessidades (por quê?), propósitos (para quê?), e por fim o efeito no leitor (para quem?). (MORTATTI, 2015).

Dito isso, a metodologia utilizada seguiu mais duas direções: a da pesquisa bibliográfica; com a utilização de autores que ajudam na compreensão da História Cultural (Chartier, 1988; Pesavento, 2012), História do Maranhão (Castellanos, 2012; Silva, 2011; Castro, 2009), e da utilização dos jornais como fonte de pesquisa histórica (Lucá, 2008; Le Goff, 1990); e da pesquisa documental, com privilégio para o uso de fonte primária, ou seja, os jornais *O Publicador Oficial* e *Publicador Maranhense*. Sobre o acesso e recuperação desses impressos, eles estão disponíveis *on-line* no repositório da Hemeroteca Digital (endereço: [www.bndigital.bn.gov.br](http://www.bndigital.bn.gov.br)), mantido pela Biblioteca Nacional.

Este estudo está organizado em três seções principais. A primeira apresenta ***A Imprensa Oficial Maranhense Oitocentista***, elencando as particularidades, vida e sujeitos envolvidos na produção dos jornais *O Publicador Oficial* e *Publicador Maranhense*, nesta seção também são destacadas as relações entre a imprensa e o Liceu Maranhense, além da importância do uso dessas fontes documentais. A segunda seção discorre sobre ***O Liceu Maranhense***, como a principal instituição de ensino secundário do Maranhão no século XIX, elencando as medidas governamentais e o contexto social, cultural e político no qual há a sua idealização, criação e funcionamento, salientamos nesta parte o quão forte era o controle, por parte do governo em suas instâncias educacionais, sobre o cotidiano da comunidade escolar liceísta. Por fim, na última seção, expomos ***A representatividade do Liceu Maranhense na imprensa oficial***, identificando de que forma essa instituição de ensino se projetava e era vista no principal veículo de informação do governo da província do Maranhão.

Isso exposto, analisar a representatividade do Liceu Maranhense na imprensa oficial oitocentista nos possibilitou compreender a importância desses jornais para o resgate e construção da memória e identidade da sociedade maranhense. De maneira específica, esses impressos se mostraram como fontes riquíssimas para a construção da memória institucional, que no caso do Liceu Maranhense é bastante larga, cheia de nuances, ações importantes, prestígio e controle por parte da sociedade em geral e dos governos.

Com a realização deste estudo observamos que as fronteiras entre a Biblioteconomia, História, Educação e Comunicação são cada vez mais tênues,

e favorecem ainda mais as relações de interdisciplinaridade entre esses campos do saber. Diante desse cenário, cabe a Biblioteconomia destinar mais atenção à recuperação e preservação desse patrimônio histórico, seja com a criação de acervos, ou quando esses já existem, a produção de instrumentos de pesquisas, tais como: inventários, catálogos seletivos ou repertórios analíticos que dissertem sobre o assunto. No que tange à prática biblioteconômica, também avançamos e alargamos na compreensão da pluralidade dos registros do conhecimento, e da importância das publicações periódicas como fontes de informação históricas.

## 2 A IMPRENSA OFICIAL MARANHENSE OITOCENTISTA

A imprensa é tomada neste trabalho como fonte onde buscamos as informações a respeito desta tão importante instituição educacional no Maranhão, quanto aos seus professores, aos exames, aos alunos, as aulas, enfim, tudo o aquilo que releva como o Liceu funcionava e como os diferentes sujeitos encaram estava instituição onde “Todos os seus elementos, aparentemente corriqueiros; formato, papel, letra, ilustração, tiragem, sugerem indagações que prenunciam a carga de historicidade presente nos periódicos” (VIEIRA, 2012, p.4).

Sendo assim, as informações provindas dos jornais contribuem para o resgate da memória institucional, privilegiando a perspectiva da sociedade, dos próprios jornais e seus representantes, tal como dos editores, ou seja, uma visão de fora dos muros da escola, isso amplia o horizonte uma vez que geralmente os documentos oficiais, produzidos dentro dos muros da escola, são os mais utilizados para a construção, resgate ou preservação da memória institucional.

Portanto, ressalta-se aqui a importância do jornal como fonte de informação histórica: o exame retrospectivo de algumas publicações pode mostrar como foi o comportamento do veículo, durante determinada época, ao revelar os fatos selecionados, o destaque que eles obtiveram no jornal, o tipo de texto sobre o qual foi construída a notícia. Essas são informações fundamentais para construir o retrato de determinada época e para ressaltar a importância do jornal, não só como um instrumento de acompanhamento diário de uma seleção de fatos ocorridos no mundo e no local de sua circulação, mas, exatamente por isso, como um documento histórico desse mesmo mundo. (TEIXEIRA, 2008, p.82).

Ao se tomar a imprensa periódica como fonte de pesquisa, é importante ter claro de que este tipo de material faz parte de um jogo de interesses e assim seus registros não são um relato fidedigno da realidade, mas sim a defesa de questões sociais de seus interesses “advindos das pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais, muitas vezes de modo dissimulado, disfarçado”. (LAPUENTE, 2015, p, 6). Portanto, é neste sentido que tomamos o Publicador Maranhense e o Publicador Oficial, atentos sempre a esses interesses que vão nos possibilitar compreender sob qual ponto de vista estão retirando o Liceu Maranhense.

Na concepção de Nísio Teixeira os jornais quando tomados enquanto fonte de informação podem assumir quatro funções distintas, a primeira delas é

*como fonte de informação noticiosa* em que o principal papel é o informativo onde encontra-se notícias e artigos sobre determinado período. podem assumir uma linha editorial específica ou abordar diferentes assuntos. Como é o caso dos jornais aqui trabalhados, que se propõe a tratar de variados assuntos que aconteceram no século XIX tanto em São Luís como no restante das províncias brasileiras e até mesmo no exterior

A segunda função é referente ao aspecto narrativo ideológico, aqui dois pontos são extremamente relevantes, o primeiro é que os jornais são empresas e necessitam de capital para manter-se funcionando e isso só é possível através dos anunciantes e o segundo ponto trata-se dos jornalistas que elaboram o conteúdo publicado nas páginas dos jornais, estes sujeitos possuem uma formação, posicionamento político, alianças e interesses que influenciam o conteúdo das notícias (TEIXEIRA, 2008). Este é um dos pontos cruciais que colaboram para compreender o impacto da imprensa na representatividade do Liceu Maranhense, pois é a partir destes aspectos que podemos nos aproximar e compreender como a instituição era percebida pela sociedade neste período.

Outro fator destacado por Teixeira (2008) é o jornal enquanto documento histórico uma vez que está registrado em suas edições um relato periódico de uma série fatos de determinado período histórico e de um lugar. Desta forma eles possibilitam o acompanhamento dos acontecimentos e visões distintas de um mesmo fato, levando em consideração que cada jornal possui um ponto de vista e defende seus interesses, como discutido anteriormente.

O ultimo aspecto é o jornal enquanto fonte de informação voltado para demandas específicas onde mediante a explosão informacional este tipo de publicação trata de assuntos voltados para atender as necessidades informacionais de determinada comunidade ou grupo de pessoas. No Maranhão durante o século XIX alguns jornais tratavam de assuntos específicos a exemplo dos jornais literários e políticos, que eram mantidos por determinados grupos políticos. (CASTELLANOS, 2012).

O início da imprensa no Maranhão se deu a partir da produção de 34 números manuscritos do Jornal O Conciliador do Maranhão que circularam na Província durante o mês de abril de 1821 (JORGE, 2008). Foi produzido como manuscrito por alguns meses até a chegada das máquinas, que ocorreu no

mesmo ano, quando então passou a ser publicado com a utilização deste recurso. (MARTINS, 2010).

As tipografias no Maranhão começam a surgir a partir de 1821, por meio da Typografia Erário Real instalada em São Luís, posteriormente passou a se chamar de Tipografia Nacional Imperial em 1830 (SERRA, 2001). Neste mesmo período o Snr. Clementino José Lisboa inaugurou a Tipografia Constitucional, onde estas duas casas foram responsáveis pelos trabalho de impressão de jornais, livros, folhetos e almanaques na província até 1830 e que se destacou no período imperial do Brasil.

Neste mesmo período a casa de impressão Tipografia d'O progresso iniciou seus serviços na capital e, para concorrer com estas melhorias tipográficas, trouxe para a capital da província pelos americanos e a edição de obras avulsas e de tiragem superior. Esta tipografia pertencia a Belarmino de Matos<sup>1</sup> e se tornou a principal tipografia provincial durante muito tempo.

O Maranhão era uma província com um destaque nacional em relação as atividades tipografias. No ano de 1867 chegaram a existir sete tipografias atuando em São Luís, a saber: a tipografia do Progresso de Belarmino de Mattos, a de José Maria Correia de Frias, a Comercial de Antonio Pereira Ramos d'Almeida, a Constitucional de Ignacio José Ferreira, a Fé de uma associação, a de José Mathias Alves Serrão e a do Major Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá. (COSTA, 2013).

Os editores que tiveram maior destaque no Maranhão foram Belarmino de Mattos e Corrêa de Frias. Para Serra (2001, p. 16) B. de Mattos foi “[...] o editor das mais noticiosas obras que se publicaram no Maranhão”, destacando-se dentre as suas produções: as de Língua Portuguesa, do professor Francisco Sotero dos Reis , uma importante figura na história do Liceu Maranhense no período oitocentista, pois assumiu cargos de professor de Gramática, foi o primeiro diretor da instituição e Inspetor da Instrução Pública.

---

<sup>1</sup>Belarmino de Mattos nasceu em 24 de maio de 1830 no povoado de Axixá, aos dez anos de idade começou a trabalhar como aprendiz de tipógrafo na Tipografia da Temperança, de propriedade de Manuel Pereira Ramos d'Almeida. Dois anos depois “entrou como operário para pequena oficina de Sátiro Antônio de Faria”. Trabalhou também para Francisco Sales Nunes Cascais, até sua tipografia ser vendida aos redatores de O Progresso

A imprensa contribuiu com o desenvolvimento da província, especialmente no que se refere aos aspectos sociais, culturais e políticos, uma vez que o Maranhão já era conhecido por ilustres homens letrados que nasceram nesta terra. Para Castellanos (2012, p.63).

[...] a efervescência política e cultural da Província, embora fizesse circular pelas ruas estreitas e ladeiras íngremes da capital, inúmeros jornais que se constituíram como campos de disputas entre conservadores, incluindo aqueles que tratavam especificamente de questões religiosas, industriais ou literárias; da mesma forma, não só se deixou de divulgar o cotidiano maranhense, neste caso retratando-se, criticando-se ou simplesmente se comentando os hábitos, as crenças e as múltiplas práticas baseadas no mais popular e no mais genuíno povo de São Luís [...].

Portanto, nos aprofundaremos em dois periódicos que circularam em São Luís durante alguns anos do período oitocentista, que nos serviram de fonte para que possamos compreender as ideias e grupos sociais que cada um deles defendiam, quem eram os responsáveis por suas publicações, neste sentido buscamos as representações do Liceu Maranhense por meio dos registros deixados por estes dois importantes jornais: *O Publicador Oficial*, que era órgão representante do governo e portanto em suas publicações não haviam críticas as ações governamentais, mas um eufemismo quanto aos problemas e exaltação as benfeitorias. Em contrapartida o *Publicador Maranhense* é um jornal que faz críticas ao governo e representava os comerciantes de São Luís, mas apresentava em suas páginas diversas informações sobre a administração pública, o que nos leva a crer que esses dois periódicos assumiram o caráter de imprensa oficial no Maranhão durante boa parte dos oitocentos e, em consequência, nos fornecem diferentes visões sobre os fatos ocorridos em relação ao Liceu Maranhense.

## **2. 1 O Publicador Oficial**

*O Publicador Oficial* configurou-se como uma fonte importantíssima para a pesquisa, pois revela as ações do governo empreendidas em função do Liceu Maranhense e como era dado a conhecer a sociedade as razões das decisões referentes a tal instituição, para além disso, foi um veículo de comunicação que circulou por muitos anos e manteve sempre regularidade na publicação de suas edições, estes fatores possibilitam ao pesquisador acompanhar os fatos ocorridos na província do Maranhão a partir da visão

governamental ao longo dos anos de publicação. A longevidade e a regularidade das publicações de um jornal no período imperial são características presentes em poucos jornais dada as dificuldades encontradas neste período, em especial, a financeira.

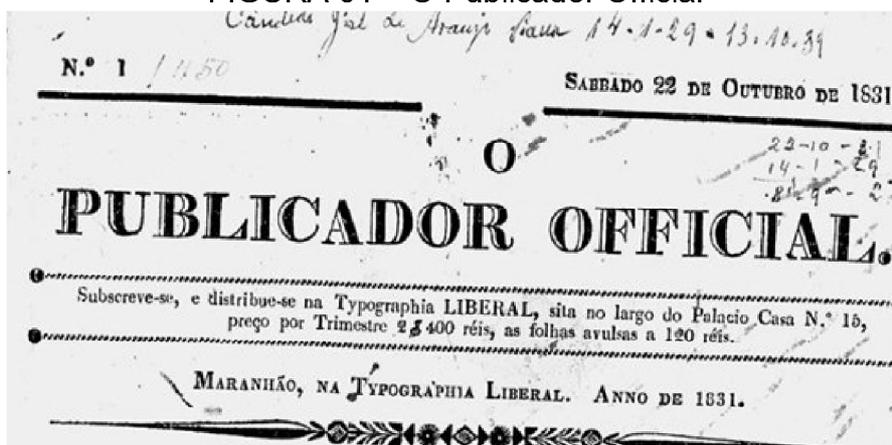
O primeiro jornal que tivemos contato para a realização do trabalho foi *O Publicador Oficial* que revelou um olhar com viés institucional a respeito das ações do governo pensadas para o ensino no Liceu Maranhense e as primeiras ações que foram direcionadas para a escola, como também o acompanhamento dos anos iniciais da instituição. a primeira edição deste jornal saiu em 22 de outubro de 1831, a partir de então *O Publicador Oficial* começa a circular no Maranhão com o intuito de ser um porta voz do poder público da província, sendo este o diário oficial do governo.

*O Publicador Oficial* substituiu o *Semanário Oficial*, periódico que teve início em 1830 redigido pelo Dr. Manoel Monteiro de Barros, que ocupava o cargo de secretário da presidência da província, no qual também possuía como temática central os atos e decisões do governo. (SILVA, 2010)

Este jornal circulou na província do Maranhão entre os anos de 1831 e 1841, nestes dez anos de atividade foi editado por diversas tipografia. Abordava temas como a *tranquilidade pública* onde se noticiava os crimes, prisões que ocorriam na província e outros fatos que diziam respeito a segurança pública; *finanças da província* sobre as despesas com as repartições e obras públicas; *expediente judiciário* tratava dos julgamentos e condenações e nomeações dos juizes para as comarcas no interior e capital da província; *instrução provincial* relatava o ensino primário e secundário das escolas e diversas questões relacionadas a educação; *leis* onde eram divulgadas as leis importantes sancionadas na província e em todo o império; leis orçamentárias divulgava a receita e a receita previstas para a administração provincial no ano ; *atas* evidenciando o expediente das diversas repartições públicas.

Vale destacar que este jornal era redigido com uma linguagem semelhante aos ofícios e relatórios da administração pública obedecendo até mesmo a divisão de temas presentes nestes documentos oficiais do governo, em sendo assim, o jornal busca tal aproximação para que fosse preservado o caráter oficial.

FIGURA 01 – O Publicador Official



Fonte: O Publicador Official, 1831, n. 1, p. 1.

O Liceu Maranhense, dada a sua importância para a o governo da província foi noticiado em várias seções do jornal, não somente na que se destinava a tratar da instrução pública, ele apareceu nas discussões da assembleia provincial, nas leis onde foi publicada a lei de criação da instituição, ganhando o destaque da primeira página, sobre os recursos destinados ao funcionamento e manutenção da instituição foi publicado nas leis orçamentárias, bem como na própria seção destinada a instrução.

O exemplar era composto por quatro páginas, a exceção de quando eram publicadas seções da assembleia provincial, que passavam a conter cinco ou seis páginas, estas páginas extras eram dedicadas apenas a esta seção dada a sua extensão, Cada uma delas contava com duas colunas, possuía 15 centímetros de largura, medida muito utilizada nos jornais do período. Por ser um jornal com um viés político, mantido pelo governo, não apresentava anúncio, pois este era um recurso utilizado por jornais que não possuíam vínculos com partidos político e precisavam arrecadar verba com essas publicações para manter o funcionamento (VIVEIROS 1992).

O Publicador Official ao longo dos dez anos quase não apresentou variações nos valores cobrados pela assinatura trimestral e folha avulsa, a única mudança ocorreu no ano de 1838 onde a folha avulsa passou a custar 160 réis e manteve-se assim até a ultima edição, anteriormente o preço cobrado era de 120 réis. A única forma de assinatura do jornal era trimestralmente com valor de 2\$400 réis que se manteve inalterado desde a primeira até a ultima edição. A estabilidade nos valores da publicação pode

estar relacionado ao fato de que este periódico era mantido com recursos do governo da província, portanto o não era necessário ajustar o preço ou publicar anúncios a fim de obter meios para o funcionamento do jornal.(SOUZA, 2018).

Na primeira página deste jornal, geralmente os assuntos tratados referiam-se aos acontecimentos do Império e das suas províncias, ou seja, leis, notícias sobre economia, acontecimentos políticos, entre outros, pois a primeira página é um espaço privilegiado nos jornais sendo “[...] sua vitrine, que constitui a principal fonte de informação do leitor sobre o conteúdo da edição daquele dia. [...]” (TEIXEIRA, 2008, p.24), portanto as matérias que estampavam estas páginas eram as de maior destaque no jornal, tal como a lei de criação do Liceu Maranhense, tendo em vista a importância da instrução pública contar com uma escola de tamanha relevância na província do Maranhão e assim destacar as ações do governo em prol da população mediante a criação de uma instituição deste porte.

Os conteúdos presente na segunda página do jornal geralmente tratava das leis orçamentárias, e acontecimentos importantes da província do maranhão tanto na capital como no interior, tal como tranquilidade pública, leis, atas, relatórios e regulamentos, entre outros. Na terceira e quarta página publicava-se o expediente da província, ou seja, correspondências entre as repartições públicas, entre o presidente de província e os chefes do órgão públicos. A publicação da ata de reunião da assembleia provincial ocupava todas as páginas do jornal, com ressalva da primeira página que eram para outras publicações.

Entre os editores responsáveis por essa publicação estavam Joaquim Serra Launé, José Cândido Vieira e João Francisco Lisboa considerado um jornalista ilustrado e personalidade importante do Maranhão (SERRA, 2001). Sobre os últimos anos de funcionamento deste periódico Silva (2010, p.177) informa que foi “[...] escrito pela coadjuvação de muitos empregados da secretaria e dirigido pelo chefe da repartição ou empregado de sua confiança.”

O Publicador Oficial ao longo de sua trajetória passou por várias tipografias, na maior parte das vezes estavam também relacionadas às mudanças de endereço dos lugares de subscrição e distribuição do jornal. Tal fato em nenhum momento afetou a estrutura, o conteúdo e o preço deste

jornal, ele se manteve sempre obtendo ao mesmo projeto gráfico editorial. (Quadro 02).

## QUADRO 02 - Typographies, endereços e distribuição d'o Publicador

### Official

Ano	Typgraphia	Endereços de subscrição e distribuição
1831	Typ. Liberal	Typ. Liberal (Largo do Palácio casa n° 15)
1833	Typ. Farol Maranhense	Typ. Farol Maranhense na Rua da Cruz e na Botica do Senhor Villéla, na rua da Estrela
1833	Typ. Abranches Lisboa	Rua da Palma N° 44 e Botica do Senhor Villéla, na rua da Estrela
1834	Typ. Constitucional	--
1835	Typ. Ricardo Antonio Roiz Araújo	Casa do Francisco de Sales Nunes Cascaes, Rua dos Covões, Botica do Senhor Villéla, na rua da Estrela
1836	Typ. Constitucional	Casa do Francisco de Sales Nunes Cascaes, Rua dos Covões, Botica do Senhor Villéla, na rua da Estrela
1837	Ty. J. I. Ferreira	Casa de José Candido Vieira, rua que vem do Ribeirão, à praya do Cajú.
1838	Ty. J. I. Ferreira	Casa de José Candido Vieira, na rua da cova da onça por trás do muro de Santo Antonio, distribui-se por casa dos assignantes
1840	Ty. J. I. Ferreira	Subscreve-se na typ. Sr. Inácio José Ferreira, rua do Sol n° 51, e distribui-se por casa dos assignantes

Fonte: O Autor, 2019.

No ano de 1833 o jornal muda de tipografia por duas vezes, isso se deu em função da sociedade entre João Francisco Lisboa, um dos editores do jornal, e João Antonio Garcia de Abranches, que fundam a Typografia de Abranches e Lisboa. De acordo com Silva (2010) a partir do ano de 1840 o jornal passa a apresentar em destaque o símbolo da Coroa Imperial (Figura 02) como uma forma de expressar o seu posicionamento político em prol da defesa dos ideais do Império.

FIGURA 02 – O Publicador Official



Fonte: O Publicador Official, 14 de novembro de 1840, ed.8, p. 1.

O Publicador Official encerra suas atividades em 1841, quando o imprensa maranhense inicia um processo de modernização, especialmente no que diz respeito ao maquinário, que possibilita jornais com maior número de coluna, diversificação dos tipos, utilização de ilustrações, entre outras inovações (SERRA, 2001). Este jornal foi fundamental no tocante ao acompanhamento dos primeiros anos de funcionamento e a criação do Liceu Maranhense.

## 2.2 Publicador Maranhense: Jornal do commercio

O *Publicador Maranhense* era um jornal dedicado quase que exclusivamente ao seguimento da associação do comércio da capital do Maranhão, representava a classe dos comerciantes. Não estava expressamente atrelado a um partido político embora “[...] foi extremo defensor do partido intitulado liga maranhense, criado pelo então residente de província Dr. Joaquim franco de Sá<sup>2</sup>” (SILVA, 2010, p. 195). Após o nome do jornal e a data havia um espaço em que os editores destinavam para informações de utilidade pública, como partida dos correios, as fases da lua e os câmbios do Ouro e prata, assim como itinerário do próprio jornal e o preço de sua assinatura e dos anúncios. (Figura 03).

<sup>2</sup> Nasceu em 1807 na cidade de Alcântara e faleceu em 1851 no Rio de Janeiro. Fundou o jornal Americano em 1836; na política atuou como deputado na província do Maranhão em 1841 e presidente da Paraíba em 1844 e do Maranhão em 1846, além de ter sido senador em 1849 (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO..., 2015)



publicação. O modelo no qual o Publicador Maranhense se inspirava eram as publicações existentes em outras províncias do país.

Sendo esta capital uma das principais praças do Brasil, e sentindo ela a falta de um periódico à maneira que se publicam na Corte, Bahia e Pernambuco que dando todos os atos do governo geral e provincial, e das repartições subalternas, contenham também artigos sobre nossa indústria, comercio e artes, noticias nacionais e estrangeiras, extrato dos melhores clássicos, acerca da política geral, preços correntes e tudo que possa concorrer para a nossa civilização, algumas pessoas desejosas de fazerem desaparecer essa grande falta se propõem a redigir um periódico com o título Publicador Maranhense, em formato grande, constando cada página de três a quatro colunas, o qual saia duas vezes por semana e mais se houver coisa notável e grande número de assinantes. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1842, p. 1).

Esta proposta editorial, segundo Jorge (2008), inspirada nos modelos de jornais dos grandes centros do império e também na Corte, buscava diferenciar o jornal de outras publicações locais oferecendo temas novos e novas abordagens sobre assuntos já tratados no restante da imprensa. Tais assuntos foram destacados pelo mesmo autor:

O jornal buscava diferenciar-se dos demais tratando os assuntos de uma nova perspectiva, temas pouco discutidos nos jornais locais. Na concepção de Jorge (2008) entre estes assuntos estavam: fuga e prisão de escravos noticiados nos anúncios com recompensas e descrição física do escravo fugido; transcrição de matérias nacionais, a exemplo da revolta da chibata, bem como matérias estrangeiras como o caso da legação britânica onde os alunos do Liceu manifestaram apoio ao Império Brasileiro; notícias e comentários sobre a Câmara Municipal e teatro como críticas das peças, e anúncio dos espetáculos em cartaz; anúncios de objetos perdidos, de produtos embarcados para o exterior, vendas de imóveis, cavalos, rapé. (JORGE, 2008,).

O Liceu Maranhense foi alvo de inúmeras matérias neste periódico, sendo discutido em diversas colunas, com maior frequência nas colunas: *Ao Inspetor da Instrução pública, Parte Oficial, Anúncios, Ao inspetor do tesouro e instrução pública*. E com frequência menor em cadernos como: *Maranhão, governo da província, publicações a pedido, Ao diretor da instrução, portaria e expediente*. (SOUZA, 2018).

O layout do jornal vai se modificando ao longo de seu percurso em decorrência das inovações tipográficas e de mudanças de endereços e de tipografias, movimento apresentado no quadro 03:

**QUADRO 03 - Mudanças no Publicador Maranhense**

<b>ANO</b>	<b>TIPOGRAFIA</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>LAYOUT</b>
1842	I. J. Ferreira	Rua do Sol, nº33	
1843	I. J. Ferreira	Rua do Sol, nº33	Mudança
1847	Typ. Constitucional de I. J. Ferreira	Rua da Paz, nº 18	Mudança
1856	Typ. Constitucional de I. J. Ferreira	Rua da Paz, nº 18	Mudança Obs: passa a ser diário
1859	Typ. Constitucional de I. J. Ferreira	Rua do Sol, nº24	Mudança
1861	Typ. Constitucional de I. J. Ferreira	Largo do Palácio, nº 3	Mudança
1874	Typ. Constitucional de I. J. Ferreira	Largo do Palácio, nº 5	Mudança

Fonte: O autor, 2019.

No tocante aos redatores que fizeram parte deste jornal nomes de prestígio da sociedade maranhense no período ocuparam os cargos de redatores do Publicador Maranhense, e até mesmo professores do Liceu Maranhense fizeram parte desta equipe. Entre estes ilustres estavam João Francisco Lisboa, que ocupou o cargo até 1855, a partir de então Sotero dos Reis assumiu a sua redação de 1856 até 1861 posteriormente Temístocles Aranha assumiu até 1863, onde deixou o cargo para fundar seu próprio jornal O Paiz, a partir de então Ovídio da Gama Lobo, ficou com o cargo até o início de 1864, por todo esse ano, o Publicador Maranhense foi redigido por Antônio Henriques Leal. Em 1865, entrou para a redação Felipe Franco de Sá, e em 1866 passou a ser redigido por empregados da Secretaria de Governo (ARAÚJO, 2014, p. 362). De acordo com Silva (2010) fizeram ainda parte do corpo editorial da folha Aistide Coelho e Francisco de Paula Belford Duarte.

### **3 O LICEU MARANHENSE: a principal instituição de ensino secundário do Maranhão no oitocentos**

As primeiras iniciativas governamentais voltadas para a criação de instituições escolares no Brasil oitocentista começaram a surgir a partir de 1808 com a vinda da família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro, trazendo consigo parte da população do Portugal. A organização e administração local se deu a partir da necessidade do aparelhamento da colônia por meio da criação de instituições como a Biblioteca Real, Museu Real, Jardim Botânico, Tipografia Real, Academia de Belas Artes, faculdades de medicina (uma no Rio de Janeiro e outra na Bahia) e Academia de Guardas-Marinha (RIBEIRO, 2006).

Com a preocupação em organizar um sistema nacional de ensino, instensificada com a independência do Brasil em 1822, começou-se as tentativas de criação de uma educação sistematizada no império idealizada já desde 1810 por meio da ordem dada por Dom João VI ao ministro do império Antonio de Araujo a respeito da elaboração de um plano de instrução para o estabelecimento e organização do ensino no país. Essa ideia começa a se materializar a partir da promulgação da Constituição de 1824, onde garante-se a todos os cidadãos livres o direito a instrução primária (BRASIL, 1886).

Desta maneira, e ainda com o intuito de regulamentar a instrução pública em 15 de outubro de 1827, considerada a primeira lei orgânica de educação do Brasil, esta norma ordena criar escolas públicas de criar escolas de primeiras letras em todas as vilas e povoações do Império (ARRAIADA, 2007). Diante da desestruturação das províncias imperiais o cumprimento de algumas das determinações preconizadas na lei foi tornando-se cada vez mais inviável tornando inexaquirível. Essa norma se torna frágil quando prescreve ações distantes da realidade concreta e financeira das províncias e não determina formas nem recursos destinados a execução das ações educacionais.

Diante da impossibilidade e do fracasso em construir um projeto educacional nacional de sucesso nasce o Ato Adicional de 1834, que segundo Fausto (2010, p. 87)

[...] fez adições e alterações à constituição de 1824, determinou que o Poder Moderador não poderia ser exercido durante a Regência. Suprimiu também o Conselho de Estado. Os presidentes de província continuaram a ser designados pelo governo central, mas criaram-se Assembléias Provinciais com maiores poderes, em substituição aos antigos Conselhos Gerais.

Apesar de não se tratar propriamente de uma lei de educação, O Ato Adicional de 1834, porém ao descentralizar o poder imperial e dar maiores poderes as Assembleias provinciais tornou possível para as províncias legislarem sobre diversos temas, dentre eles a educação. No entanto, tal descentralização não gozou de aceitação por parte das províncias pois estas não estavam preparadas para dar conta desta nova atribuição imposta pelo Império. Dentre estas atribuições o “Ato Adicional de 1834 [...] Estabelecia como responsabilidade das províncias Instrução das Primeiras letras e do Ensino secundário, deixando o ensino superior sob a responsabilidade do Império.”. (SILVA,2015, p. 36)

A referida lei oportunizou o surgimento dos Liceus em diversas províncias dentre outras ações

Em algumas provincias foram criadas aulas avulsas sem os requisitos exigidos; em outras, passou-se a esboçar tentativas de dar alguma organicidade às mesmas. Foram criados, então, Liceus em pernambuco, em 1826, no Rio Grande do Norte, em 1835, na paraiba e na bahia, em 1836. Na realidade, os chamados liceus consistiam na reunião de aulas avulsas ministardas em um local unico sem qualquer integração ou organicidade entre as disciplinas ou cadeiras. (FERREIRA, VECHIA; 2007, p. 2)

Para tentar dar organicidade e integração ao currículo do ensino secundário no Brasil em 1837 o ministro da justiça e interino do império, por meio do Decreto de 2 de Dezembro de 1837, cria o Imperial Colegio Dom Pedro II para servir de modelo à todos os outros liceus do Brasil e tentar dar uma uniformização ao ensino secundário no império. De acordo com Valois (2012) esta instituição tinha seu estatuto organizado com base nos estatutos de liceus europeus, principalmente os franceses, logo não era apenas um colégio, mas a autoridade legítima e legitimadora das diretrizes orientadoras dessa etapa do ensino.

Destarte em 24 de julho de 1838, Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo sanciona a Lei nº 77 criando o Liceu Maranhense, sua finalidade era de educar seus alunos através do ensino moderno, voltado para as línguas, o ensino literário e o científico com o intuito de ser preparador para o ensino superior.

Art. 1º. Formar-se-há hum Licêo na Capital da Provincia com a reunião das seguintes Cadeiras.  
1º Filosofia racional e Moral  
2º rhetorica e Poetica

3° Geographia e História  
 4° gramática filosófica da Língua, e análise dos nossos clássicos  
 5° Língua Grega  
 6° Língua Latina  
 7° Língua Francesa  
 8° Língua Inglesa  
 9° Desenho  
 10° Aritmética, 1° parte de Algebra, Geometria, e trigonometria Plana  
 11° 2° parte de Algebra, calculo, e Mecchanica.  
 12° Navegação, Trigonometria esférica, e observações astronômicas.  
 13° Calculo mercantil, e escripturação por partidas dobradas. formando esta cadeira com 10ª o Curso de Commercio, e as 10ª, 11ª e 12ª o de Marinha.  
 Art. 2º Este Collegio he denominado – Collegio de Pedro II  
 Art. 3º Neste Collegio serão ensinadas as línguas Latina, Grega, Francesa e Inglesa, Rhetorica; e os princípios elementares de Geographia, História, Philosophia, Zoologia, Mineralogia, Botânica, Chimica, Physica, Arithmetica, Algebra, Geometria, e Astronomia.  
 (CASTRO, 2009)

O Maranhão no oitocentos era considerado como uma terra de intelectuais e os professores quem compunham o corpo docente do liceu maranhense (Quadro 04) gozavam de notório respeito e status na sociedade e eram também considerados ilustres letrados que além de professores assumiam outros cargos de destaque no meio social tal como redatores de jornais, inspetores da instrução, diretores de instituições, entre outros.

#### **QUADRO 04 – Professores e cadeiras ministradas no Liceu**

<b>Cadeira</b>	<b>Professor</b>
Cadeira de Língua Latina.	Diretor Francisco Sotéro dos Reis
Filosofia Racional e Moral.	Frederico Magno de Abranches
Cadeira de Rhetórica e Poética.	Lente Eduardo Freitas
Cadeira de Gramática Filosófica da Língua	Antonio Costa Duarte
Cadeira de Língua Grega.	Nicolau Adon
Cadeira de Língua Francesa	Francisco Raymundo Quadros
Cadeira de Desenho Civil	João Leocádio de Melo
Cadeira de Aritmética, Geometria e Álgebra	João Nepomuceno Xavier de Brito
Cadeira de Comércio	Estevão Raphael de Carvalho
?	Justino Damaro de Sadanha
Cadeira de Inglês.	Antonio Jansen do Paço

Fonte: Fernandes, 1929, p. 230. Adaptado.

Apesar da sua notoriedade e representação o Liceu Maranhense nunca teve um prédio próprio e funcionou nas casas dos alunos e professores em lugares improvisados até que se prontificassem as obras no Primeiro andar do Convento do Carmo onde concomitantemente funcionava também a Escola

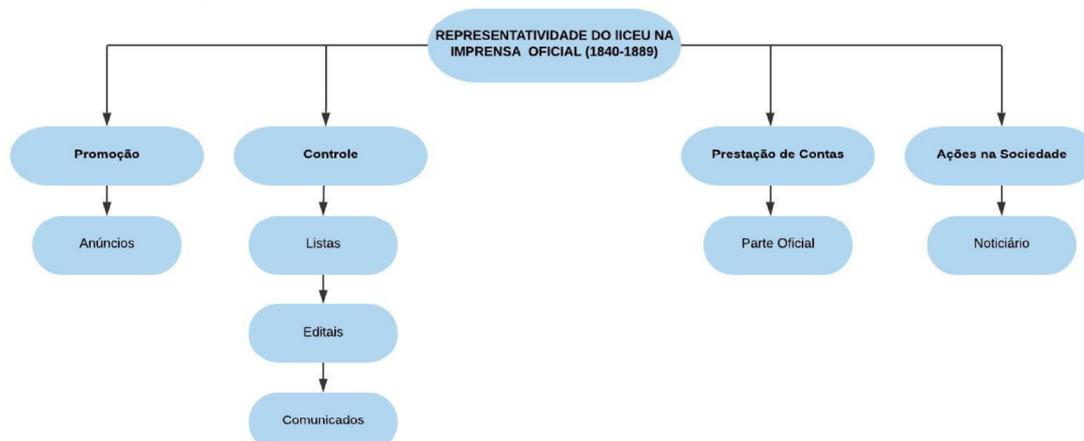
Normal, a Inspeção da Instrução Pública e uma escola de primeiras letras (SOUZA, 2018).

## 4 A REPRESENTATIVIDADE DO LICEU MARANHENSE NA IMPENSA OFICIAL

Nesta seção apresentamos a representatividade do Liceu Maranhense na imprensa oficial, com fins de compreender como essa instituição de ensino se projetava e era vista no principal veículo de informação do governo provincial do Maranhão. Para tanto, todas as mensagens, notas e notícias que citavam o Liceu foram transcritas, analisadas e categorizadas de acordo com a sua finalidade informacional. Nesse contexto, as mensagens foram, primeiramente, transcritas em tabelas para posterior alocação em categorias pré-definidas. Tais categorias foram extraídas dos próprios jornais, e formam um conjunto de seções tradicionais da imprensa, são elas: Anúncios, Listas, Editais, Comunicados, Parte Oficial e Noticiário.

Para uma melhor apresentação da representatividade do Liceu Maranhense, a análise de conteúdo das notícias se baseou nos pressupostos da *Configuração Textual das Fontes Documentais* (MORTATTI, 2015). Desse modo, após o exame das mensagens, constatamos que essa instituição de ensino secundário teve uma forte *Promoção*, enquanto reduto de intelectuais, a partir das seções de anúncios; o Liceu também pôde ser visto como um local de forte controle social e educacional, tendo em vista a publicação de várias listas, editais e comunicados para a comunidade escolar e sociedade em geral; já a prestação de contas sobre os investimentos públicos no liceu foram observados com a publicação de relatórios na Parte Oficial; e, por fim as ações e interferências dos liceístas na sociedade maranhense foram visualizadas nos Noticiários. (Figura 04).

Figura 04 – Diagrama da representatividade do Liceu



Fonte: O Autor, 2019.

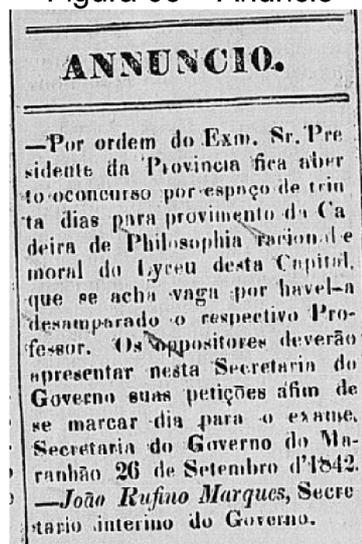
#### 4.1 Anúncios

A representatividade do Liceu Maranhense nos anúncios publicados no Publicador Oficial e, posteriormente, no Publicador Maranhense é visualizada a partir de duas fontes onde, na primeira, a promoção dessa instituição é feita pelo próprio governo e, na segunda, é realizada por sujeitos intimamente ligados a essa escola, que se valem de seu *status* social para venderem seus produtos e serviços.

De acordo com Rebouças e Bastos (2017) os anúncios são gêneros textuais que têm como principal finalidade a promoção de um produto, a exemplos dos livros escolares, uma marca, uma empresa, organização ou até mesmo uma ideia. A linguagem empregada para a sua elaboração varia de acordo com o público a que se destina e do suporte onde eles são publicados.

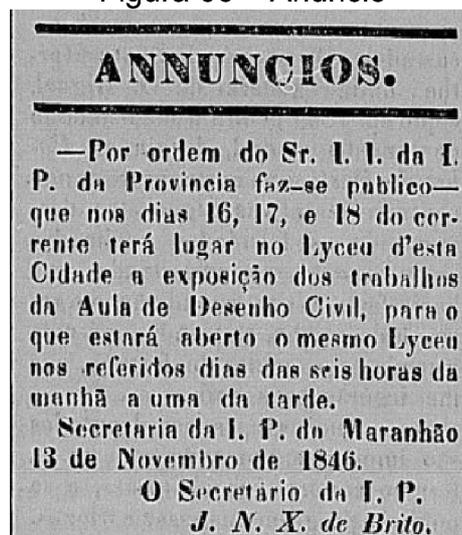
Nesse contexto a promoção do Liceu Maranhense, realizada nas seções tradicionais de anúncios do Publicador Oficial e Publicado Maranhense, se centra em tornar público os concursos para professores interinos e substitutos dessa instituição (Figura 05), bem como as atividades escolares que tinham apelo público, a exemplo da exposição dos trabalhos da disciplina de desenho civil. (Figura 06).

Figura 05 – Anúncio



Fonte: Publicador Maranhense, 1842, n.23, p.4.

Figura 06 – Anúncio



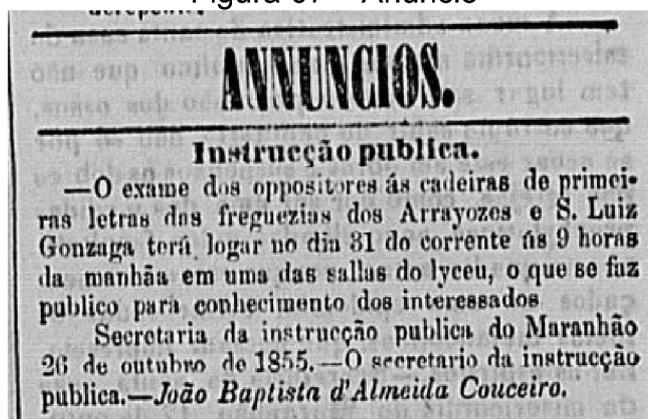
Fonte: Publicador Maranhense, 1846, n.436, p.4.

Por se caracterizarem como anúncios oficiais mandados publicar pelo próprio Governo Imperial, tais escritos eram sempre assinados por algum

membro do governo, podendo ele pertencer a Secretaria da Instrução Pública ou aos demais órgãos da administração imperial maranhense.

Ainda sob a forma de anúncio oficial, o Liceu Maranhense, enquanto espaço escolar, foi associado às práticas administrativas da Instrução Pública, departamento o qual estava diretamente ligado não só por vias hierárquicas e organizacionais, mas por dividirem as mesmas instalações físicas no Convento do Carmo. Desse modo o Liceu aparece frequentemente como local de provas para a admissão de professores primários da capital e interior. (Figura 07).

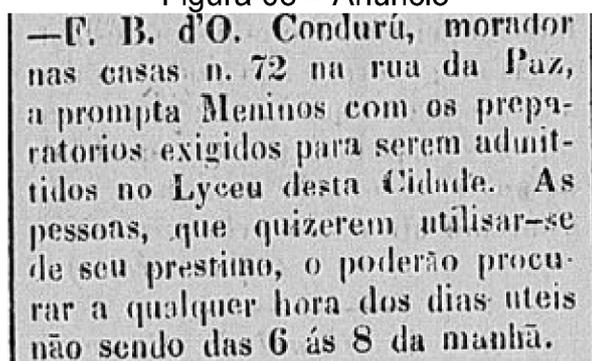
Figura 07 – Anúncio



Fonte: Publicador Maranhense, 1855, n.1733, p.3.

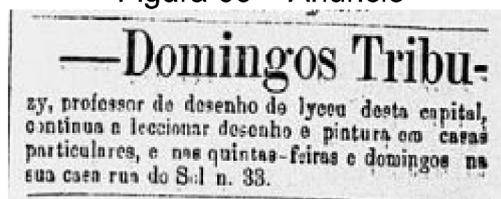
Por outro lado, os anúncios promovidos por sujeitos ligados ao Liceu Maranhense não figuravam-se nas seções tradicionais de anuncios dos jornais, suas entradas eram realizadas de maneira mais simples, sempre dando ênfase ao nome do anunciante e sua relação com essa instituição. Nesse cenário, os professores Liceístas, longe dos limites físicos da escola, ofereciam seus serviços como mestres habéis a formar crianças e jovens para adentrar as aulas do Liceu (Figura 08), e também a proporcionar, de maneira particular, os mesmos ensinamentos ofertados nessa mesma instituição, como no caso das aulas feitas em casa pelo professor de desenho Domingos Tibuzy. (Figura 09).

Figura 08 – Anúncio



Fonte: Publicador Maranhense, 1844, n.197, p.4.

Figura 09 – Anúncio



Fonte: Publicador Maranhense, 1846, n.10, p.3.

Tais anunciantes utilizavam-se de sua relação íntima com Liceu Maranhense, como instrumento que atestava credibilidade aos seus produtos e serviços, tendo em vista que essa instituição escolar se configurava como o maior e mais importante centro de ensino secundário da Província. Desse modo, não só os mestres do seio liceísta se valeram do *status* social que a escola carregava na promoção de seus serviços, as tipografias maranhenses também deixavam, em seus anúncios, a clara relação entre os livros produzidos e vendidos por elas e o Liceu Maranhense, seja por terem sido adotados nas suas aulas, escrito pelo seu corpo docente ou aprovado pela congregação da mesma instituição. (Figuras 10 e 11).

Figura 10 – Anúncio

**COMPENDIO**  
DA  
**Grammatica Philosophica**  
DA  
LINGUA PORTUGUEZA  
**Escolhida pela congregação do lyceu  
do Maranhão para uso do mesmo,  
e das aulas de primeiras letras  
da provincia,**  
PELO  
PADRE ANTONIO DA COSTA DUARTE  
**LENTE DA**  
*Grammatica Philosophica da Lingua, e  
analyse dos nossos Classicos.*

Esta edição que acaba de sair dos prelos do Sr. Ramos de Almeida é uma das melhores, por que a sua revisão foi feita por pessoa competente, que muito se esmerou, e a expurgou de muitos e graves erros.

Bem impressa e em bom papel, custa o exemplar 1600 reis em broxura, encadernado 28, na livraria do largo de Palacio, n. 20.

Fonte: Publicador Maranhense, 1863, n.187, p.4.

Figura 11 – Anúncio

**—Acaba de sair**

dos prelos do Sr. Antonio Pereira Ramos de Almeida, largo de Palacio, convenientemente resumido por pessoa competente, o compendio de grammatica da lingua franceza por Chapel.

Este compendio, que é o adoptado na aula de francez do lyceu e em varios collegios desta capital, sobre ser um dos melhores da lingua franceza, acha-se hoje tão resumido e tão apropriado para ser lido nas escolas de instrução secundaria da provincia, que não deixará de ser procurado para isso, principalmente tendo no fim um additamento da conversação franceza sobre varios assumptos do trato civil, cuja utilidade ninguem desconhecerá.

Acha-se á venda na livraria do mesmo Sr. Almeida por preço muito razoavel. Maranhão 23 de junho de 1866.

Fonte: Publicador Maranhense, 1866, n.170, p.4.

Diante do exposto, o Liceu Maranhense, a partir dos anúncios publicados nos jornais, foi vendido de maneira oficial, como uma instituição séria que cumpre com suas obrigações na sociedade, seja com a substituição de professores, através da abertura de concursos, e que abria as portas para a comunidade apreciar as obras do seu alunado.

No tocante ao resgate do Liceu, enquanto instituição, na promoção de serviços e/ou produtos, tal fato se apresenta, nas peças publicitárias, como uma espécie de certificação que atribuí aos livros e professores o *status* do suprasumo educacional maranhense no período imperial, tendo em vista que as referências a essa instituição, nos anúncios publicitários, procuravam passar

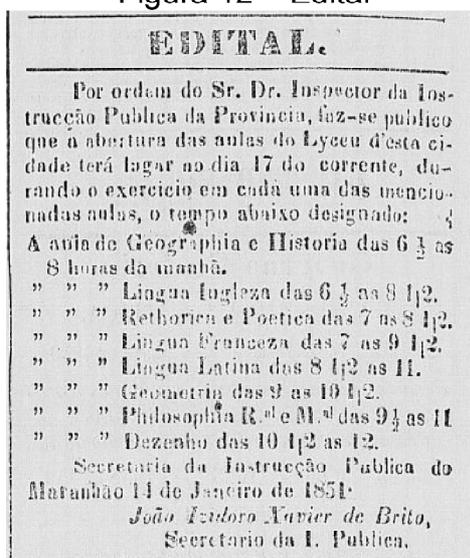
ao leitor uma noção de quê o que estava sendo vendido era erudito, culto, intelectual. Cabe destacar, que esse tipo de anúncio, por partirem de um financiamento externo ao governo e, possivelmente, pago, ocupava dentro da estrutura do jornal mais espaço que as demais publicidades governamentais. Assim, enquanto espaço escolar, essa instituição foi colocada, nos anúncios, como um ponto de referência, capaz de elevar processos, eventos, pessoas e produtos.

#### 4.2 Editais, Listas e Comunicados.

Por se tratar de um jornal criado, mantido e/ou influenciados pelo Governo Imperial maranhense, *O Publicador Official* e *O Publicador Maranhense* foram responsáveis por publicizar todos os atos oficiais da administração pública. Desse modo, frequentemente encontramos editais, listas e comunicados referentes a diversas atividades administrativas nas páginas desses diários oficiais, ou seja, escritos que tinham como finalidade divulgar normas, notícias ou fatos de interesse público.

Nesse contexto, encontramos varias menções ao Liceu Maranhense nos editais, listas e comunicados oficiais dos jornais, tal fato se justifica uma vez que o Liceu foi por muito tempo o único e principal centro de ensino secundário do Maranhão. Assim, era de praxe que os editais de matrículas dessa instituição fossem publicados via imprensa, sempre obedecendo a um padrão que visava informar a data de abertura das aulas, com a disposição das disciplinas bem como os horários de entrada e saída dos alunos (Figura 12).

Figura 12 – Edital



Fonte: Publicador Maranhense, 1850, n.1060, p.2.

Ainda sobre o funcionamento do Liceu, pequenas notícias e comunicados foram dados ao público do Publicador Oficial e Publicador Maranhense sobre questões referentes ao funcionamento das atividades dessa instituição. Tais comunicados se centravam, frequentemente, em informar sobre as datas de encerramento do ano letivo liceísta e início dos exames (Figura 13), as matrículas em cadeiras específicas (Figura 14), e os concursos para professores substitutos (Figura 15).

Figura 13 – Comunicado

Faço publico que a congregação dos len-tes do lyceu do Maranhão resolveu em ses-são de hoje que tivesse lugar o encerramento das aulas no dia 15 do corrente mez e que principiassem os exames dos alumnos no ter-ceiro dia util de novembro vindouro as sete horas da manhã.

Secretaria da instrucção publica do Mara-nhã, 1 de outubro de 1874.

O secretario,  
*Marianno C. de M. Leda.*

Fonte: Publicador Maranhense, 1874, n.36, p.4.

Figura 14 – Comunicado

De ordem do Sr. inspector interino da instrucção publica, competentemente au-torizado por Sua Exc. o Sar. presidente da provincia, se faz publico que se acha aberta a matricula da aula de sciencias naturaes, ultimamente creada, cujo pro-fessor deve leccionar em uma das salas do lyceu do meio dia em diante.

Secretaria da instrucção publica do Ma-ranhão, 4 de Julho de 1863.

*João Baptista de Almeida Conceicao,*  
secretario da instrucção publica.

Fonte: Publicador Maranhense, 1863, n.46, p.4.

Figura 15 – Comunicado

Secretaria da Instrucção Publica do Ma-ranhão, 1.º de março de 1880.

O secretario.  
*Marianno Cezar de Miranda Leda.*

O sr. inspector da instrucção publica manda fazer publico, para que chegue ao conhecimento de todos, que se acha aberto por espaço de trinta dias, o concurso para os logares de substitutos das cadeiras de latim primario e de latim secundario, francez e inglez do lyceu desta cidade.

Os oppositores deverao, no prazo acima dito, ápresentar nesta secretaria seus requirimentos documentados pela forma exigida no art. 9 da lei n. 920 de 21 de julho de 1870 e art. 17 do regulamento provincial de 6 de julho de 1874, afim de marcar se dia e hora para o exame.

Secretaria da Instrucção Publica do Mara-nhão, 1.º de março de 1880.

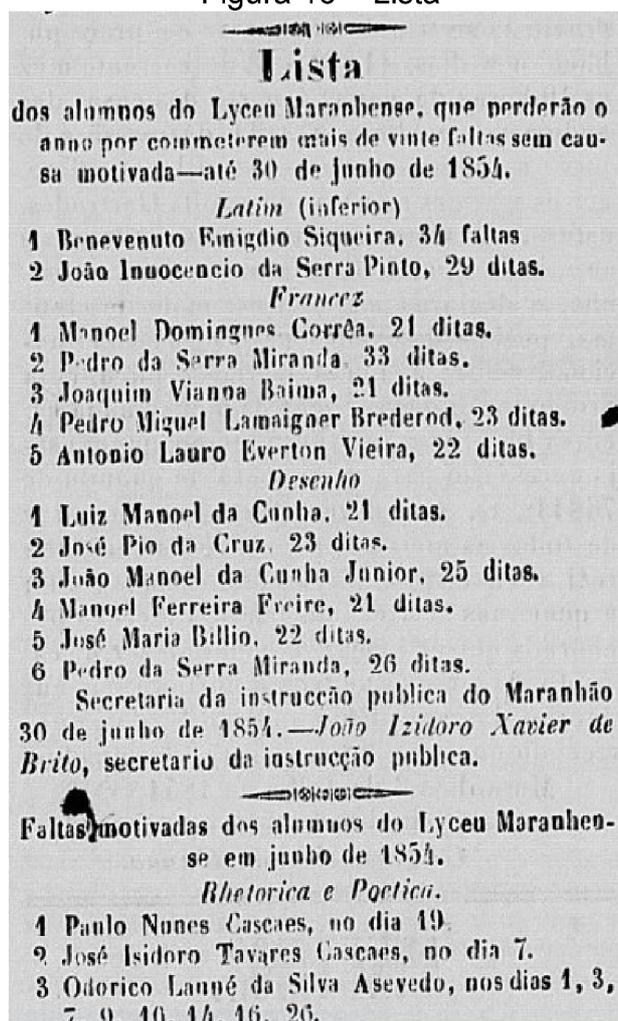
O secretario,  
*Marianno Cezar de Miranda Leda.*

Fonte: Publicador Maranhense, 1846, n.436, p.4.

Tais comunicados possuíam caráter oficial, o que reforçava essa ideia é o fato dessas mensagens serem sempre assinadas por representantes do Governo e da Instrução Pública. Assim, além de informar o público em geral sobre as atividades do Liceu, tais escritos também serviam para o controle dos

pais e responsáveis de alunos sobre o que acontecia nessa instituição. Um dos exemplos mais representativos dessa estratégia de controle foi a divulgação de listas que apresentavam, nominalmente e por disciplina, os alunos que perderam e/ou poderiam perder o ano por terem cometido mais de 20 faltas. (Figura 16).

Figura 16 – Lista



Fonte: Publicador Maranhense, 1854, n.1550, p.3.

Dessa maneira, a partir da publicação de editais, comunicados e listas de faltas na imprensa oficial, o Liceu Maranhense reforça a ideia de instituição séria e com forte controle sobre suas atividades e seus alunos.

### 4.3 Parte Oficial

Estando localizada sempre na primeira página e ocupando regularmente o maior espaço das folhas de abertura do Publicador Oficial e, posteriormente, Publicador Maranhense, a Parte Oficial era uma seção consolidada dos diários,

onde eram dispostas informações sobre ações do Governo e o expediente das repartições. De forma geral esses textos se constituíam de pequenos relatórios que indicavam a situação de setores do funcionalismo público maranhense e suas instituições, dessa maneira, os movimentos referentes à instrução pública da província foram detalhadamente e minuciosamente descritos na Parte Oficial (Figura 17), destacando sempre que as informações, leis, decretos e respostas a requerimentos, ali impressos, foram dados a saber por ordem e conhecimento do Presidente da Província em exercício.

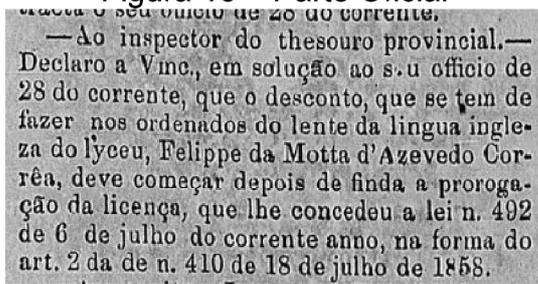
Figura 17 – Parte Oficial



Fonte: Publicador Maranhense, 1846, n.217, p.1.

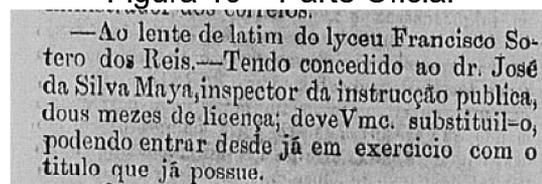
Dessa maneira, o Liceu figura-se como a principal instituição de ensino descrita dentro da seção destinada à Instrução Pública na Parte Oficial, isso acontece, pois essa instituição era, até então, a única escola da rede pública maranhense que ofertava o ensino secundário de forma integral na capital, São Luís, e Aulas avulsas, no interior da Província. Em vista disso, muitos dos despachos proferidos pelo Presidente da Província, a partir da análise de requerimentos, que envolviam o Liceu maranhense referiam-se a pedidos de revisão de salários e gratificações (Figura 18), além da concessão para substituição de licenças para professores e inspetores da instrução pública (Figura 19).

Figura 18 – Parte Oficial



Fonte: Publicador Maranhense, 1859, n.4, p.1.

Figura 19 – Parte Oficial



Fonte: Publicador Maranhense, 1859, n.185, p.1.

Diante de tais despachos, frequentemente, o Presidente da Província ordenava que diversas autarquias do funcionalismo público provincial providenciassem, imediatamente, suprir as necessidades expostas nos requerimentos partidos do Liceu Maranhense. Tais pedidos envolviam a ação desde os setores e instituições da própria instrução pública, até outros departamentos, como os ligados ao gerenciamento do tesouro. Tal fato pode ser visualizado, pois a entrada de cada despacho publicado é direcionada a um representante ou funcionário do mencionado órgão e/ou instituição. (Figura 20, 21 e 22).

Figura 20 – Parte Oficial

23.  
—Ao coronel director da casa dos educandos artífices — Providencie vnc. para que com toda urgencia seja enviada para o lyceu Maranhense a fim de servir durante o processo dos exames geraes, que vão alli começar a mobilia da escola publica da 1.ª freguezia desta capital que nesse estabelecimento se está concertando.

Fonte: Publicador Maranhense, 1885, n.82, p.1.

Figura 21 – Parte Oficial

—Ao Inspector do Tesouro Publico Provincial — Mande Vnc. pagar á Casa de Feliciano Marques & C.ª a quantia de setenta e tres mil e duzentos reis importancia de um jogo de globos, que por ordem desta Presidencia forão comprados p lo Inspector da Instrucção Publica para uso da Aula de Geographia e Historia do Lycéo desta Cidade, como consta da conta inclusa. Communicou-se ao Inspector da Instrucção Publica.

Fonte: Publicador Maranhense, 1850, n.951, p.2.

Figura 22 – Parte Oficial

—Ao Inspector da Instrucção Publica — Tendo resollvido espaçar por mais trinta dias o concurso aberto para provimento da Cadeira de Gramatica Philosophica da Lingua Nacional do Lyceu desta Cidade, assim o communico a Vnc. para a devida intelligencia.

Fonte: Publicador Maranhense, 1850, n.927, p.1.

A atenção dispensada ao Liceu nesses escritos nos indica que grandes eram os esforços em manter o pleno funcionamento dessa instituição, seja no suprimento de mobiliário e materiais escolares, a exemplo do jogo de globos que foram comprados pelo valor de 73.200 reis para uso nas aulas de Geografia e História do Liceu. No mais, medidas sobre a extensão de prazos de concursos para professor, e pagamentos a fornecedores de suprimentos do Liceu, eram publicados na Parte Oficial dos jornais.

Além desses despachos que tinham como finalidade suprir necessidades da instituição, outros foram deferidos com fins de declarar resoluções advindas da congregação de professores do Liceu, como a

definição de datas dos exames e do fim do ano letivo (Figura 23), além de outros que visavam atender demandas fora dos limites escolares. Tal fato se sucedeu quando o Liceu Maranhense fechou suas portas para que os empregados públicos, notadamente os professores, pudessem celebrar o aniversário natalício da Imperatriz Consorte do Império do Brasil, princesa Leopoldina, que embora falecida desde 1826, recebeu homenagens na Igreja de Nossa Senhora dos remédios no dia 14 de janeiro de 1864. (Figura 24).

Figura 23 – Parte Oficial

... Ao dr. inspector da instrucção publica. — Pelo seu officio de 3 do corrente lico inteirado de haver se nessa data reunido a congregação dos lentes do Lyceu, de conformidade com os respectivos estatutos, resolvendo marcar-se o dia 15 deste mez para começarem os exames do anno lectivo, ficando as aulas encerradas desde o referido dia 3.

Fonte: Publicador Maranhense, 1885, n.119, p.11

Figura 24 – Parte Oficial

— Ao Dr. inspector da instrucção publica. — Para que os empregados publicos possam assistir ao Te-Deum, que, em acção de graças pelo anniversario natalicio de Sua Magestade a Imperatriz tem de ser celebrado na igreja de Nossa' Senhora dos Remedios desta cidade ás 10 horas da manhã do dia 14 do corrente, convem que Vmc. dê suas ordens para que não se abraressedia o lyceu.

Identicos á thesouraria, ao thesouro provincial, á capitania do Porto,

Fonte: Publicador Maranhense, 1864, n.436, p.1.

Na Parte Oficial também eram publicadas as novas leis e decretos que compunham o ordenamento jurídico provincial maranhense. Nesse cenário alguns desses mecanismos interferiam diretamente e indiretamente nas atividades desenvolvidas pelos funcionários do Liceu Maranhense, a exemplo da aprovação da Lei n. 755 de 1º de junho de 1866 (Figura 25), a qual garantia que o professor de Ciências Naturais dessa instituição era responsável por escolher os materiais a serem utilizados em essa mesma disciplina só que na Casa dos Educandos Artífices, que tinha como finalidade atender “[...] moços desvalidos, de preferênciã os enfeitados, e dar-lhes instrucção e primeiras letras e um officio” (VIVEIROS, 1953, p. 15).

Figura 25 – Parte Oficial

Para Vossa Excellencia vêr.  
*Eduardo Americo de Moraes Rego*, a fez  
Sellada e publicadã na secretaria  
do governo do Maranhão, em 1.º de  
junho de 1866  
*Ovidio da Gama Lobo.*

**LEI N. 755—de 1.º de Junho de 1866.**

Lafayette Rodrigues Pereira, presidente da provincia do Maranhão Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte.

**Art. 1.º** Fica o governo da provincia auctorisado a mandar vir para a casa dos educandos artífices, sob as indicações do lente do sciencias naturaes do lyceu os necessarios apparelhos, afim de poder bem e regularmente funcionar a aula das ditas sciencias á seu cargo, não dispendendo o mesmo governo mais de oitocentos mil reis com a compra dos referidos apparelhos.

**Art. 2.º** Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O secretario do governo a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo do Maranhão, em 1.º de Junho de mil oitocentos e sessenta e seis, quadragesimo quinto da independencia e do imperio.

*Lafayette Rodrigues Pereira.*

Estava o sello.

Carta de lei pela qual Vossa Excellencia manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, auctorisando o governo da provincia a mandar vir para a casa dos educandos artífices, os necessarios apparelhos para a aula de sciencias natu-

Fonte: Publicador Maranhense, 1856, n.190, p.1.

Nesse sentido, dada à influência do Liceu Maranhense, em face da lei, inferimos que os agentes educacionais que faziam parte dessa instituição tinham suas atribuições e domínios de atuação ampliados, sendo eles influentes não na tomada de decisões em outras escolas, mas também em todo o cenário educacional maranhense.

Por outro lado e de maneira mais robusta e com maior riqueza de informações sobre o movimento do Liceu e de seus alunos, os relatórios da Inspeção da Instrução Pública foram divulgados pela Imprensa Oficial. Neles constavam, frequentemente, o número de estudantes matriculados, os que ficaram reprovados e os expulsos, além de apresentar o total de alunos que passaram pelos exames finais por disciplina. (Figura 26).

Figura 26 – Parte Oficial

**Instrução secundaria.**

Pelo relatório do mesmo inspector apresentado em Janeiro ultimo se vê que foram matriculados no lyceu o anno passado 131 alumnos, dos quaes foram riscados por faltas 48, expulsos por insubordinados 5, e examinados 61.

Os examinados foram das seguintes aulas:

Mathematicas elementares.....	5
Philosophia .....	7
1.ª aula de latim.....	7
2.ª dita .....	7
Francez.....	19
Inglez.....	7
Geographia .....	5
Rhetorica.....	4

Somente a aula de desenho não deu alumnos a exame, por não os ter promptos; e a de calculo mercantil, que ha tres annos não era frequentada.

Bem pouco é o numero dos examinados no lyceu, comparado com o dos matriculados. Muitos, que se achão preparados para exame, não o fazem; e no ultimo anno deixarão de comparecer 15 alumnos dados por promptos pelos respectivos lentes, sendo 1 de philosophia, 3 da 1.ª aula de latim, 4 de francez, 1 de inglez, 1 de geographia, 3 de rhetorica, e 2 de mathematicas elementares.

Se os exames feitos no lyceo fossem validos nas academias e faculdades do Imperio, maior seria o numero dos examinados porque a maior parte dos que pretendessem seguir estudos superiores se sujeitarião aos exames nesse estabelecimento.

Em virtude do art. 29 da lei provincial n. 630 de 5 de dezembro do anno passado, que desanexou da cadeira de geographia a de historia universal, mandei que entrasse no exercicio de suas funcões, como lente desta, o bicharel Antonio Marques Rodrigues.

No corrente anno estão matriculados 141 alumnos nas diversas aulas, a saber: 3 em tres aulas, 73 em duas; e 65 em uma, sendo 220 matriculados distribuidos da seguinte forma:

Os relatórios sobre o Liceu Maranhense, reproduzidos na Parte Oficial, também apresentavam informações sobre o balanço das matrículas com relação à realização dos exames, a situação das disciplinas, modificações no currículo, e número de inscritos nas aulas avulsas no interior da Província. Diferentemente dos Comunicados e Listas, que eram publicados de maneira nominal e com um receptor definido, os Despachos, Leis e Relatórios eram divulgados de maneira mais genérica, cumprindo somente a missão de informar a sociedade em geral sobre as ações do Governo em prol da educação pública secundária, que na figura do Liceu Maranhense esteve em constante movimento. Tais escritos funcionavam como uma espécie de prestação de contas com a sociedade maranhense sobre os investimentos e manutenção do Liceu.

#### **4.4 Noticiário**

Na seção Noticiário dos jornais, o Liceu Maranhense foi citado em diversas ocasiões, destacando-se principalmente quando da sua intervenção ou presença em atos ou atividades cívicas e sociais, ganhando singular importância quando saía em defesa do Regime Imperial. Por outro lado, essa instituição de ensino foi mencionada, a partir de pequenas notas, sempre que o Governo da Província destinava recursos e investimentos para a escola, ou quando provocava mudanças, por meio de assembleias e congregações, no cotidiano escolar e expunha os resultados de seu alunado nos exames.

Em um noticiário de 1863, em consonância a Câmara Municipal de São Luís, os alunos do Liceu participavam, ao Presidente da Província e a sociedade em geral, em um extenso manifesto,

[...] que, se infelizmente o Brasil, nossa pátria, sofrer qualquer agressão estrangeira, todos os maranhenses, a principiar por estes jovens estudantes do Liceu, protestam acompanhar o seu monarca e dar a vida pela defesa de seu trono, porque acompanhando-o e defendendo-o, sustentamos os direitos, a honra e a dignidade nacional.(PUBLICADOR MARANHENSE, 1863, n. 22,p. 2).

Tal postura é resultado de uma série de desentendimentos diplomáticos entre Brasil e Inglaterra durante o 2º reinado que resultaram no rompimento formal entre as duas nações em 1863. As tensões entre os países começaram em abril de 1861, quando o navio inglês *Prince of Wales* (Príncipe de Gales) encalhou em terras brasileira e foi saqueado pelos nativos, como resposta ao

ato criminoso a embaixada britânica, na figura do embaixador William Dougall Christie, rogou a Dom Pedro II um pedido de formal de desculpas e uma indenização pela carga perdida, o Imperador, por sua vez, negou-se a atender tais exigências. No ano seguinte, a prisão de alguns marinheiros ingleses, acusados de baderna em terras cariocas e de envolvimento em uma briga com oficiais da marinha local, iria, mais uma vez, abalar as relações entre os dois países, isso porque o embaixador William Christie em reunião com Dom Pedro II exigiu a prisão dos oficiais brasileiros envolvidos no ato, além do pagamento de uma indenização referente ao saque do navio, deixando claro que se suas prerrogativas não fossem atendidas a Inglaterra ameaçava fechar a Baía de Guanabara no Rio de Janeiro, capital do Império. Em 1863 o desgaste entre Brasil e Inglaterra chega ao seu ápice quando uma esquadra inglesa aprisionou navios mercantes brasileiros, o que fez com que Dom Pedro II enviasse ao governo britânico um pedido formal de desculpas e de indenização sobre as perdas nacionais, o que fora, obviamente, negado pelos ingleses, assim, em vista da resposta negativa, o Imperador decidiu romper todas as relações diplomáticas ente Brasil e Inglaterra, o que perdurou até 1865. (ANGELO, [201-]).

Foram esses fatos que impulsionaram o alunado liceísta a promover passeatas por toda São Luís com fins de apoiar a decisão do Imperador Dom Pedro 2º, o que foi documentado na seção de noticiário do Publicador Maranhense (Figura 27), logo após a exposição do igual apoio conferido ao monarca da Câmara Municipal da cidade.

Figura 27 – Noticiário

**Demonstração popular.**— Hontem os estudantes do lyceo desta capital dirigirão aos habitantes da mesma o avulso, que se segue, convidando-os a se reunirem no Campo d'Ourique, afim de desfilarem d'ali até o palacio do governo, para apresentarem a S. Exc. o Sr. presidente da provincia, como delegado do governo imperial, os seus protestos de adheção ás medidas tomadas pelo mesmo governo na questão pendente com a legação Britanica.

Fonte: Publicador Maranhense, 1863, n.22, p.2.

Após o convite feito à sociedade, pela comunidade discente liceísta, a imprensa oficial descreveu minuciosamente a manifestação, destacando o protagonismo estudantil no seu acontecimento. (Figura 28).

Figura 28 – Noticiário

—Do Campo d'Ourique onde o povo se reuniu ás 6 horas da tarde, dirigio-se para o Palacio do Governo, precedido pelos estudantes com a sua bandeira nacional e ao som da musica, por entre girandolas, dando vivas ao Imperador, ao Ministerio, á Nação Brasileira, á Religião Catholica Apostolica Romana, aos Fluminenses, ao Presidente da Provincia, vivas que forão sempre correspondidos com o maior enthusiasmo. Chegando ao Palacio do Governo, e sendo ahi recebidos pelo Exm. Sr. presidente, recitarão os seguintes discursos:

“ Illm. e Exm. Sr.—Por parte dos Estudantes do Lyceo desta capital vimos perante V. Exc., como Delegado que é de S. M. o Imperador, para V. Exc. fazer-nos a honra de levar ao alto conhecimento do mesmo Augusto Senhor, que nós reunidos muito apreciamos a maneira gloriosa com que se houve o Governo Imperial na inesperada e desagradavel questão provocada pelo ministro de S. M. Britannica, residente na capital do Imperio; e assegurar a S. M. que não seremos surdos aos reclamos da Patria que nos vio nascer, contando desde já comnosco, como leaes defensores, se por acaso for necessaria a nossa sincera cooperação.

Deus guarde a V. Exc. Maranhão 27 de Janeiro de 1863. — Illm. e Exm Sr. conselheiro presidente da provincia.

✕ Henrique Alves de Carvalho.  
 José Marianno da Costa Nunes.  
 João Pedro Collares Moreira.  
 José Auréliano Martins Franco.  
 Antonio Francisco de Salles Junior.

Fonte: Publicador Maranhense, 1863, n.22, p.2.

Como resultado das ações desenvolvidas pelos estudantes do Liceu, sobre a defesa dos direitos, honra e soberania nacional do Império Brasileiro, em face da ameaça britânica, os liceístas concluíram que, em seu movimento, “[...] nenhuma palavra se ouvia menos conveniente, e nenhum incidente desagradável ocorrera. Foi uma verdadeira festa patriótica, que os ingleses que entre nós habitam assistiram sem terem a mínima coisa de que se possa queixar.” (PUBLICADOR MARANHENSE, n. 22, 1963, p. 2).

Por ser um jornal de caráter oficial, é justo que o Publicador Maranhense tenha dado ênfase nas manifestações pró-Império, realizadas pelos estudantes

do Liceu, tendo em vista que tais ações fortaleciam não só as decisões diplomáticas nacionais, mas também o apoio popular sobre Dom Pedro II, ou seja, toda a estrutura política que alimentava o próprio jornal. Nessa lógica, a promoção do Liceu como principal idealizador do movimento de guarda e defesa da soberania nacional, também seria plausível e necessária para o governo, uma vez que essa instituição figurava-se como o principal centro de formação educacional, política e cultural da Província e era mantida pelos cofres públicos.

O Liceu ainda apareceu nas seções de noticiário em notas de pesar ou de falecimento de figuras conhecidas da sociedade maranhense. Nesses pequenos textos, lembretes e homenagens foram feitas a ex-alunos e professores que compuseram a comunidade liceísta. Nessas ocasiões salientavam-se os sentimentos da instituição quanto à perda, como foi o caso do fechamento do Liceu em condolência ao falecimento do professor de filosofia José Ricardo Jauffred (Figura 29), e, na maioria das vezes, se o falecido fizera parte em algum momento da instituição, destacavam-se os ensinamentos adquiridos por ele no Liceu (Figura 30).

Figura 29 – Noticiário

**Demonstrações de pesar.**—Os consules e navios surtos no porto conservaram-se ante-hontem com as bandeiras em meio páo em funeral e algumas casas commerciaes com as portas meio cerradas, como prova de pesar pelo fallecimento do vice-consul de Portugal, commandador David Freire da Silva.

No mesmo dia esteve fechado o lyceu em signal de sentimento pelo fallecimento do dr. José Ricardo Jauffret, que era alli lente de Philosophia.

Fonte: Publicador Maranhense, 1878, n.182, p.2.

Figura 30 – Noticiário

**FALLECIMENTO**—O «Jornal do Commercio» de 15 do passado assim noticia o fallecimento do nosso distincto comprouviciano dr. José Manoel Garcia, que teve lugar no dia anterior:

Hontem as 8 1/4 horas da noite, falleceu nesta cidade, uma lesão cardiaca, o dr. José Manoel Garcia, lente da cadeira de portuguez do 3.º ao 5.º anno. no externato do imperial collegio de Pedro 2.º cujo vice reitor foi.

Natural da provincia do Maranhão, alli cursou nas aulas do lyceu de S. Luiz, onde recebeu dos bons mestres que naquelle estabelecimento ensinavão as lições das disciplinas preparatorias. Dotado de vastas intelligencia e dedicado ao estudo principalmente das liaguas, ainda muito moço, adptou a carreira do magisterio, sendo professor em varios estabelecimentos de ins-

Fonte: Publicador Maranhense, 1884, n.94, p.2.

O Noticiário do *Publicador Maranhense* também se preocupou em divulgar as medidas aprovadas pela Assembleia Provincial e pelo Presidente da Província, que impactavam no funcionamento e manutenção das aulas do Liceu. Assim, decisões sobre uso de livros (Figura 31), reformas na estrutura

física da instituição (Figura 32) e nos estatutos (Figura 33) foram amplamente divulgados.

Figura 31 – Noticiário

**Lycéu.**—A presidência acaba de mandar adoptar na aula de inglez do lycéu desta cidade, sobre proposta do inspector da instrução publica, a Selecta ingleza intitulada—*Morceaux choisis en prose et en vers des classiques anglais*—, por J. G. Biehloff.

Fonte: Publicador Maranhense, 1866, n.151, p.2.

Figura 32 – Noticiário

—A assemblea provincial terminou os seus trabalhos no dia 30 de julho proximo passado. Consta que foram sancionados todos os projectos de lei, remettidos à presidencia. A actual sessão trouxe vantajosos melhoramentos à provincia, entre os quaes se tornam salientes a reforma do Lyceu, a via ferrea de Amarante a Oeiras com um ramal para Valença, a creação de 3 comarcas, e diversas reformas importantes.

Fonte: Publicador Maranhense, 1874, n.193, p.2.

Figura 33 – Noticiário

**Assemblea provincial.**—Funcionou hontem com 24 srs. deputados:

Approvada a acta foi lido o expediente composto de varios requerimentos, entre elles

Um do visconde de Itaqui do Norte e outros cidadãos, desta capital, pedindo um auxilio de 2.000\$000 para a realisação de uma exposiçào industrial e artistica nesta provincia.

Do João Tavares da Silva, Custodio Belchior e Cardoso Pereira, pedindo uma subvenção de 48.000\$000 para uma companhia fluvial que devera ser estabelecida em substituição da empresa Moreira da Silva & C.<sup>a</sup>

Foram a imprimir os pareceres e projectos, que em outra parte damos.

O Sr. Bastos justificou um projecto que á seu pedido obteve dispensa de intersticias creand 3 cadeiras do ensino primario em varias localidades do termo de Cururupú

Em ordem do dia foram approvados:

Em 2<sup>a</sup> discussão os projectos que reformam o lyceu e a instrução primaria, com varias emendas, em 1<sup>a</sup> o qua crea a comarca de Loreto.

Para hoje foi marcada esta ordem do dia: 2<sup>a</sup> discussão do projecto que crea cadeiras nas Pedreiras e em Cajupó. 2<sup>a</sup> do qua concede loterias para construcção de pontes no Gató, 2<sup>a</sup> do fixa a força policial da provincia.

Fonte: Publicador Maranhense, 1882, n.82, p.2.

De maneira mais sintética que a apresentada na Parte Oficial, no Noticiário alguns pequenos balanços sobre o funcionamento do Liceu na capital e no interior da Província, com as aulas avulsas, foram divulgados. (Figura 34).

Figura 34 – Noticiário

—A instrução secundaria na provincia consta de um lyceu na capital, onde se leccionam as seguintes materias: a latin (duas cadeiras) francez, inglez, portuguez, rhetorica, philosophia, geometria e geographia.

O anno passado matricularam-se nesse estabelecimento 90 alumnos, os quaes no fim do anno estavam reduzidos a 47. Destes foram habilitados á examẽ 20 e fizeram-no 16.

Além do lyceu existem 8 cadeiras de latim avulsas nas cidades de Aracaty, S. Bernardo, Ico, Crato, Quixá, Amobim, Faturité, Sobral e Granja, frequentadas por 162 alumnos.

Fonte: Publicador Maranhense, 1874, n.22, p.2.

Cabe destacar que na seção Noticiário o Liceu é colocado como única instituição responsável pela instrução secundária em território Maranhense. Tal

protagonismo liceísta é visto em diversas nuances e níveis nessa seção, seja como figura central de uma notícia ou como o adjetivo perfeito, o Liceu foi pintado nas notícias da Imprensa Oficial como uma escola atuante e preocupada com o cenário político brasileiro, por outro lado, os movimentos dessa instituição, também era uma constante preocupação entre as autoridades provinciais, por isso as reformas em sua estrutura física e organizacional.

## 5 CONCLUSÃO

Durante todo o século XIX a imprensa ocupou um lugar de destaque na sociedade brasileira. Atuando fundamentalmente como veículo de informação e de legitimação de interesses, os jornais imprimiam não só os principais acontecimentos e fatos que abateram o Brasil no Período Imperial, mas, também, foi palco para às disputas políticas, sociais e culturais que são inerentes da condição de formação de um povo.

Assim sendo, durante muito tempo os jornais foram renegados enquanto fontes para a construção histórica, isso se deu, pois esses impressos eram vistos como pouco confiáveis, uma vez que eram produzidos no antro das paixões jornalísticas, e não retratavam com fidedignidade o passado de outrora. No entanto, a partir das últimas décadas do século XX, como a revisão epistemológica do *fazer história* apresentada pela História Cultural, tais documentos foram evidenciados em suas potencialidades de registro do passado, o que culminou no aparecimento de diversos trabalhos que tomaram tais documentos como fonte de investigação, aptos a dar movimento a pessoas, instituições, ideias que habitam e influenciam na construção e preservação da memória e identidade de um grupos ou sociedade.

O valor histórico concebido à imprensa periódica se alarga quando este encontra um campo fértil para o desenvolvimento dessa prática cultural que envolve sujeitos e objetos diversos, o que é o caso Maranhão no Período Imperial quando era considerado um dos principais polos impressores do Brasil. Notadamente São Luís, a capital da província, foi marcada, em toda a sua história, por uma intensa atividade tipográfica, a qual resultou na proliferação de diversas folhas periódicas e na formação de uma cadeia de trabalhadores que tinham como local de trabalho às tipografias, tais como: jornalistas, escritores, tipógrafos, editores e etc.

Assim, no hoje, vários pesquisadores se valem desses documentos para desvelar os meandros que formam a história da sociedade maranhense, o que foi o caso deste trabalho monográfico que ao tomar como fonte de pesquisa a imprensa oficial maranhense publicada no século XIX, buscou analisar a representatividade do Liceu Maranhense, a mais importante e tradicional instituição de ensino secundário no Maranhão, e considerada no período

oitocentista o principal centro de formação intelectual e cultural dos maranhenses.

Em vista desses questionamentos, identificamos que a imprensa oficial maranhense em quase todo o período imperial foi representada pelos jornais: *O Publicador Oficial*, que circulou por um período de 10 anos entre 1831 e 1841; e o *Publicador Maranhense*, que teve vida ativa mais larga, atuando no cenário impressor local de 1842 a 1886. Tais folhas periódicas, embora apresentassem notícias de cunho diverso, se encarregavam, também, de divulgar os assuntos relacionados à administração provincial e, por isso, assumiam o caráter de imprensa oficial.

Sobre os sujeitos envolvidos na produção desses suportes, eles foram dos mais variados, destacando-se o comando do Estado Provincial, com a participação efetiva do que secretário da presidência da província, na produção do *O Publicador Oficial* e do *Publicador Maranhense*, ser um seguimento da associação do comércio da capital do Maranhão, e por isso um fiel representante da classe dos comerciantes. Embora este último estivesse ligado a um grupo da sociedade civil, os assuntos sobre as atividades, contas e ações da província sempre figuravam-se em suas páginas, o que se justifica na medida que as decisões administrativas de determinado governo influenciam diretamente no mercado, ou seja, o nicho ao qual pertencia o jornal *Publicador Maranhense*.

De posse desses impressos, a partir da identificação e organização dos discursos encontrados nos jornais que versavam sobre o Liceu Maranhense, constatamos que essa instituição foi bastante citada, cerca de 470 vezes, durante o período oitocentista. Tal resultado deve-se ao fato que o Liceu era a instituição de ensino mais importante do cenário educacional maranhense. Enquanto único representante do ensino secundário formal da Província, esse estabelecimento de ensino percorreu as páginas da imprensa oficial em seções como as de anúncios, editais, listas, comunicados, parte oficial e noticiário.

Assim, a representatividade do Liceu Maranhense, dentro da estrutura de um jornal impresso pertencente à imprensa oficial, pode ser lida a partir da localização dos discursos sobre essa instituição dentre as seções, juntamente com o assunto tratado. Nesse movimento e a partir dessas premissas, que buscam as intencionalidades por detrás dos discursos publicados na imprensa,

concluimos que o Liceu foi promovido, direta e indiretamente, a partir das seções de anúncios, chegando a ser utilizado, como referência e atestado de qualidade, por membros que pertenciam a sua comunidade escolar no texto publicitário, para venda de produtos, nessa mesma seção. Desse modo, vários produtos e serviços, notadamente aulas particulares e livros, foram vendidos nos anúncios com a evidenciação da ligação de seus produtores com o Liceu.

Por outro lado, a noção de controle, por parte do Estado, sobre todas as atividades que aconteciam dentro do Liceu Maranhense foi passada à sociedade a partir das seções da imprensa oficial nas quais estavam os editais, comunicados e listas. No que tange aos editais, regularmente eram publicadas as chamadas com as regras para o exame de professores para a composição do corpo docente liceal, bem como as chamadas para os exames a serem submetidos os estudantes liceístas, de acordo com a disciplina e os horários pré-estabelecidos.

Quanto as Listas essas se preocupavam em divulgar quase que exclusivamente a relação de alunos faltosos do Liceu, elencando cada um de maneira nominal, assinalando o número de faltas e o risco de perda do ano, por conta das ausências, de cada estudante. Sobre essas seções, acreditamos que ela funcionava não só como um alerta para os faltosos, os quais veriam seus nomes frequentemente estampados pelas ruas da cidade como símbolo de preguiça e desleixo com os estudos, mas também como uma ferramenta de controle dos pais e responsáveis de alunos liceístas sobre a presença dos mesmos nos bancos escolares. Seja de um modo ou de outro, nas listas publicadas na imprensa oficial o Liceu Maranhense reforçava para a sociedade em geral o forte controle que o mesmo tinha sobre as atividades desenvolvidas pelo seu alunado no seio escolar.

Nos comunicados, por sua vez, eram abordadas as notícias e fatos que impactavam, de certa forma, o funcionamento do Liceu Maranhense, sejam eles inerentes da própria instituição ou provocados por situações exteriores. Frequentemente os comunicados eram publicados por algum representante oficial da instrução pública do Maranhão ou do próprio Liceu, tais seções se centravam em informar sobre as datas de encerramento do ano letivo liceísta, o início dos exames, as matrículas em cadeiras específicas, e os concursos para professores substitutos. Nesses espaços também eram publicados os

despachos, mandados executar pelo presidente da província, para o pagamento de fornecedores do Liceu e de decisões tomadas pelos conselhos da instrução pública ou da própria instituição, entre outras situações.

Já a prestação de contas com a sociedade sobre os investimentos realizados no Liceu eram divulgados na Parte Oficial, uma das principais e mais extensas seções da imprensa oficial. Essa espécie de *portal da transparência* com as contas públicas referentes ao Liceu Maranhense expunha frequentemente um relatório sobre o funcionamento do centro de ensino, número de estudantes matriculados, disciplinas ministradas e etc.

Dada a sua importância para a sociedade maranhense, as atividades realizadas por pessoas que pertenciam à comunidade escolar liceal eram devidamente retratadas nas páginas da imprensa oficial. Ocupando preferencialmente as seções de noticiário, o Liceu Maranhense foi citado diversas vezes por sua presença ou intervenções em atos públicos, o que particularmente acontecia com mais frequência em atividades cívicas que tinham por objetivo defender o Império brasileiro. O envolvimento dos liceístas nesse tipo de atividade e a sua divulgação via jornais, contribuiu para que os mesmos ganhassem grande apoio público, fazendo com que a comunidade discente do Liceu fosse vista como um grupo pulsante, preocupado com a defesa de sua pátria e com fortes convicções políticas.

Por outro lado, o Liceu também foi mencionado nos noticiários da imprensa oficial, a partir de pequenas notas, sempre que o Governo da Província destinava recursos e investimentos para a instituição, ou quando provocava mudanças, por meio de assembleias e congregações, no cotidiano escolar e expunha os resultados de seu alunado nos exames. Assim, de modo geral, o Liceu Maranhense foi visto pela sociedade como um centro de ensino que teve fortes investimentos públicos, nas suas mais variadas nuances, seja ela material ou de recursos humanos. Para o governo, publicizar tais investimentos, colocavam em evidência não tão somente o Liceu como centro de referência educacional, mas também a própria administração provincial, quanto a sua preocupação com a formação de seus jovens e da qualidade da educação oferecida.

Assim, de maneira geral, podemos dizer que a representatividade do Liceu maranhense na imprensa oficial do período oitocentista foi pautada nas

suas características de centro de referência educacional, tendo em vista o seu status de centro convergente de pessoas cultas e letradas, que possuía forte controle das atividades realizadas pelo seu alunado, e que recebia fortes investimentos públicos para manter a qualidade do ensino ofertado. Como conseqüências, fora dos limites territoriais, o Liceu ainda aparecia com relevância na sociedade, a partir do envolvimento de sua comunidade escolar em eventos de prestígio e a frequente relação às pessoas que habitaram as salas do Liceu à noções de integridade, inteligência e bondade.

Por fim, depois de transitar pela imprensa oficial e analisar a representatividade de uma das mais importantes instituições da sociedade maranhense nela, acreditamos que os jornais são fontes imprescindíveis para o resgate e construção da memória e identidade do Maranhão, e por isso merece à atenção de Arquivos, Museus e Bibliotecas para a recuperação e preservação enquanto documento dotado de valor histórico. De maneira específica, esses impressos se mostraram como fontes riquíssimas para a construção da memória institucional, que no caso do Liceu Maranhense é bastante larga, cheia de nuances, ações importantes, prestígio e controle por parte da sociedade em geral e dos governos.

Dito isso, cabe aos bibliotecários, em sua prática biblioteconômica, evidenciarem essas fontes de informação como parte do patrimônio histórico, seja a partir da criação de criação de acervos e fundos, quando esses não existem em determinada unidade de informação, ou na promoção do seu acesso, com a produção de instrumentos de pesquisas, tais como: inventários, catálogos seletivos ou repertórios analíticos que dissertem sobre o assunto.

## REFERÊNCIAS

ANGELO, Vitor de Amorim de. **Questão Christie - Brasil rompe relações com a Inglaterra**. [201-]. Disponível em: [www.educacao.uol.com.br](http://www.educacao.uol.com.br). Acesso em: 16 jun. 2019.

CABRAL, Mayra Cristhine dos Santos. **A Imprensa Estudantil Liceísta no Maranhão (1889-1900)**. 2019. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

CARVALHO, Andreia Monteiro. **Os livros adotados no Liceu Maranhense pelas linhas do jornal Pacotilha (1889-1930): uma análise a partir da cultura material escolar**. 2018. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velásquez. A imprensa educacional liceísta do Maranhão na primeira República. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju: UFS/UNIT, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br>. Acesso em: 18 nov. 2018.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1988.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversando sobre história e imprensa. **Projeto história**, São Paulo, n. 33, p. 253-270, dez. 2007.

eDOU. **O que é o Diário Oficial**. 2016. Disponível em: [ww.e-dou.com.br](http://ww.e-dou.com.br). Acesso em: 16 jun. 2019.

FURTADO, Luciana Nathalia Moraes. **A imprensa estudantil liceísta maranhense na primeira República (1907-1930)**. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

LE GOFF. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LUCÁ, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos impressos. In: PINSKY, Carla Bassanezi et al (Org.). **Fontes históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008. cap. 4., p. 111- 153.

MARTINS, Ricardo André Ferreira. Breve panorama histórico da imprensa literária no maranhão oitocentista. **Animus - Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, Rio Grande do Sul, v.18, p. 107-129, jul./dez. 2010.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2015, cap. 4., p. 103-130.

MORTATTI, Maria do Rosário. et. al (Org.). **Sujeitos da história do ensino de leitura e escrita no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2015. 302 p.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, Jose Gonçalves. **Pesquisa em História da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Dp&A, 2005. p. 17- 62.

RIBEIRO, Vania Mondego. **A Implantação do Ensino Secundário Maranhense**: Liceu Maranhense. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

SILVA, Diana Rocha da. **A Institucionalização dos Grupos Escolares no Maranhão (1903-1920)**. São Luís: Editora UEMA, 2015.

SOUZA, Mateus de Araújo. **A cultura material na história do Lyceu Maranhense por meio d’o Publicador Oficial e Publicador Maranhense (1838 - 1885)** .2018. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Historia do comércio do Maranhão (1896-1934)**. São Luís: LITHOGRAF, 1992.

#### FONTES DOCUMENTAIS

- PUBLICADOR MARANHENSE, 1842, n.23, p.4.
- PUBLICADOR MARANHENSE, 1844, n.197, p.4.
- PUBLICADOR MARANHENSE, 1846, n.10, p.3.
- PUBLICADOR MARANHENSE, 1846, n.217, p.1.
- PUBLICADOR MARANHENSE, 1846, n.436, p.4.
- PUBLICADOR MARANHENSE, 1850, n.927, p.1.
- PUBLICADOR MARANHENSE, 1850, n.951, p.2.
- PUBLICADOR MARANHENSE, 1850, n.1060, p.2.
- PUBLICADOR MARANHENSE, 1854, n.1550, p.3.
- PUBLICADOR MARANHENSE, 1855, n.1733. p. 4.
- PUBLICADOR MARANHENSE, 1856, n.190, p.1.
- PUBLICADOR MARANHENSE, 1859, n.4, p.1.
- PUBLICADOR MARANHENSE, 1859, n.185, p.1.
- PUBLICADOR MARANHENSE, 1863, n. 22, p. 2
- PUBLICADOR MARANHENSE, 1863, n.46, p.4.
- PUBLICADOR MARANHENSE, 1863, n.101, p.1.
- PUBLICADOR MARANHENSE, 1863, n.187, p.4.

PUBLICADOR MARANHENSE, 1864, n.436, p.1.  
PUBLICADOR MARANHENSE, 1866, n.151, p.2.  
PUBLICADOR MARANHENSE, 1866, n.170, p.4.  
PUBLICADOR MARANHENSE, 1874, n.22, p.2.  
PUBLICADOR MARANHENSE, 1874, n.36, p.4.  
PUBLICADOR MARANHENSE, 1874, n.193, p.2.  
PUBLICADOR MARANHENSE, 1878, n.182, p.2.  
PUBLICADOR MARANHENSE, 1882, n.82, p.2.  
PUBLICADOR MARANHENSE, 1884, n.94, p.2.  
PUBLICADOR MARANHENSE, 1885, n.82, p.1.  
PUBLICADOR MARANHENSE, 1885, n.119, p.11